

Índice

PARTE I – RECENSÕES SOBRE O FILME.....	2
PARTE II – TEXTOS SOBRE O REI LEOPOLDO II.....	13
PARTE III – DA BORRACHA DO REI LEOPOLDO AOS PNEUS DO FERRARI DO SCHUMACHER.....	38

Textos traduzidos, montados e compilados por:

Professor Doutor Júlio Mota;
Professor Doutor Luís Peres Lopes;
Professora Doutora Margarida Antunes.

Desenho artístico na capa da autoria do Professor Doutor Jaime Ferreira.

O Núcleo de Estudantes agradece a colaboração da *Editorial Caminho* na cedência de excertos de publicações que compõem parte deste caderno.

O Núcleo de Estudantes gostaria de frisar que este caderno e respectivo ciclo de filmes em que se insere, não teriam sido possíveis sem o apoio da instituição bancária *Caixa Geral de Depósitos*.

Parte I – Recensões sobre o filme

Um documentário britânico denuncia as abominações cometidas no Congo do rei Leopoldo II.

“O rei branco, a borracha vermelha e a morte preta” é um documentário realizado pelo britânico Peter Bate que apresenta o rei Leopoldo II de uma maneira que não tem o ar de agradar ao palácio real, nem ao ministro dos negócios estrangeiros Louis Michel. Estes insurgiram-se contra a falta de outras perspectivas do referido documentário. Um filme bom para ser então imediatamente esquecido?

O Congo de Leopoldo II foi durante muito tempo glorificado pelos manuais escolares assim como a colonização que se lhe seguiu, fazendo deste imenso território a “décima província da Bélgica”. A acreditar na história oficial ou nas histórias dos antigos coloniais, Leopoldo II, e depois a administração belga no seu conjunto, só tiveram como única finalidade civilizar e instruir o povo do Congo. As coisas começaram a mudar de figura quando apareceram obras como a de Adam Hochschild, “O Fantasma do Rei Leopoldo”, ou a de Ludo De Witte, “O Assassinato de Lumumba”. Uma outra versão da história torna-se visível, certamente empenhada politicamente, mas solidamente apoiada. O “Rei Branco” inscreve-se, sem qualquer dúvida, nesta linha de documentos sobre a Bélgica o rei Leopoldo II.

Ao saber deste documentário, o palácio real diz-se ultrajado pelas teses apresentadas no filme e classifica-o de “panfleto escandaloso” Quanto a Louis Michel, depois de ter visionado extractos do referido filme, considerou-se “aterrado” por esta diatribe tendenciosa”, lembrando nesta altura que a Bélgica, longe de qualquer negacionismo, aceitou “fazer luz sem concessões nem tabus, sobre o seu passado africano”. E lembrou a comissão Lumumba, a transformação do Museu Real da África Central de Tervuren, na Bélgica, ou os futuros” Estados-Gerais sobre o passado colonial belga”.

O que o senhor Michel esquece, pelo contrário, de dizer é que todas estas belas iniciativas assumidas pela Bélgica só o foram porque a versão oficial dos factos se esboroava por todos os lados na influência de livros como os acima mencionados. E o que o palácio real esquece, e quanto a ele comodamente, é a que ponto a história oficial não é muitas vezes se não um escandaloso laudatório da obra dos nossos reis.

É verdade, num discurso sobre o Congo de Leopoldo II não se pode poupar a refazer a perspectiva. Mas quer isto dizer que será necessário calar-mo-nos para sempre sobre os horrores desta época? Não será injuriar todos aqueles que, já na época de Leopoldo II, se insurgiram contra a exploração de Africa, contra a barbárie da colonização? Assim G. W. Williams, autor de uma carta aberta ao rei em 1879, Joseph Conrad, autor de “No fundo das trevas” ou ainda Edmundo Morel ou Roger Casement.

Possa pois este documentário, assim como os debates que se seguirão, levar-nos à reflexão crítica sobre um episódio pouco glorioso da nossa história e fazer, na sequência dos livros de Hochschild ou De Witte, de contraponto salutar.

Nadia Geerts, Resistances, 29 Março de 2004.

Fonte: <http://www.resistances.be/palais02.html>

O REI LEOPOLDO II: CRIMINOSO CONTRA A HUMANIDADE. EXTERMINEM TODOS OS BRUTOS, VIAGEM AO CORAÇÃO DAS TREVAS.

Há um século, o rei Leopoldo II deu ao seu povo o pesado presente de um país com a dimensão de um continente, o Congo. (...) Preocupado em passar à posteridade e de reinar sobre um reino com plenos poderes decidiu considerar-se convidado na partilha do bolo colonial e obter uma concessão colonial. Após ter tentado em vão, começa por patrocinar explorações do “civilizador” Henri Morton Stanley que civilizava os negros à metralhadora no Congo. Aquando da conferência de Berlim de 1885, após muitas manobras diplomáticas, foi-lhe atribuída a possessão do Congo (o futuro Congo Belga) a título pessoal. O rei Leopoldo II nomeou a sua nova propriedade: “Estado Independente do Congo”. A política efectuada pelo rei Leopoldo II no Congo constitui sob vários aspectos uma prefiguração do genocídio europeu.

Leopoldo II proclamou a sua intenção de civilizar o Congo abrindo-o ao cristianismo e ao comércio, e protegendo os seus habitantes da escravatura praticada por certos tribos árabes. Isto foi o apocalipse para os habitantes do Congo. Um “holocausto esquecido de 10 milhões de mortes” entre 1880 e 1920, segundo Adam Hochschild (em O Fantasma do Rei Leopoldo).

Ainda que não se possa falar de genocídio, porque não havia intenção de exterminar um povo, os massacres em massa realizados por Leopoldo II com fins mercantis prefiguram até certo ponto a ignomínia que haverá na Europa cinquenta anos mais tarde. Não há divisão radical entre os massacres coloniais e o Shoah, mas uma continuidade, como explica Hannah Arendt na sua obra “O Imperialismo. As Origens do Totalitarismo”, publicada em 1951. O imperialismo torna o racismo necessário para justificar os seus actos: “Lá, sob o nariz de todos, encontrava-se um grande número de elementos que, uma vez reunidos, podiam criar um governo totalitário com base no racismo”. De acordo com Sven Linquist, em “*Exterminem todos os brutos*” muitos esquecem o que Hannah Arendt considerava os “massacres terríveis” e os “assassinatos selvagens” dos imperialistas europeus como responsáveis “da introdução triunfante de tais meios de pacificação em políticas estrangeiras banais e responsáveis”, gerando assim o totalitarismo e os seus genocídios. Assim se reencontra a mesma animalização e inferiorização do outro a partir de um discurso pseudo-científico herdado de Darwin e degenerado através das teses de Gobineau. Este discurso racial, juntado às teorias da eugenia segundo as quais os povos ou os indivíduos “desnaturados”, condenados em todo caso a desaparecer, deveriam ser eliminado para purificar a “raça”, “o povo”, forneceu o material ideológico necessário para condicionar as massas ao pior e justificar o impensável. “A exterminação dos brutos”: viagem ao coração das trevas.

Fiquei de tal modo chocado, Vossa Excelência, pelas histórias contadas pelos autóctones que tomei a liberdade de lhes prometer que doravante os matará somente pelos crimes que eles cometerem.

John Harris, Missionário em Baringa, Congo.

A exploração do Congo foi o maior crime contra a humanidade jamais cometido em toda a história da humanidade.

Sir Arthur Conan Doyle, Letters to The Press, 1909.

A colonização do Congo foi a mais infame corrida aos rendimentos, tendo desfigurado, para sempre, a história da consciência humana.

Joseph Conrad, Heart of Darkness: An Authoritative Text, Backgrounds and Sources; Criticism (Norton Critical Editions)

Desde 1872, o rei Leopoldo II, que nunca visitou a sua propriedade pessoal do Congo, engendrou uma gigantesca empresa de apropriação e de exploração vergonhosa de um território e dos seus habitantes, os quais ficaram privados de todo e qualquer poder político, assim como das suas terras e dos recursos naturais produzido por estas. Os congolese pagaram com as suas vidas o apetite insaciável do rei Leopoldo II para monopolizar o marfim e depois a borracha que necessitava um trabalho duro e doloroso. Para atingir os seus fins, Leopoldo II recorreu a um verdadeiro sistema de escravidão pelo trabalho forçado e terror. As aldeias eram queimadas, os habitantes forçados a trabalhar em troca da poupança das suas vidas e de nada mais. Este tráfego muito lucrativo faz-se selvaticamente: dependência absoluta das populações autóctones, de deportações, de trabalho forçado com tomada de refém das mulheres e das crianças para obrigar os homens a trabalhar na recolha extremamente penosa do látex. As aldeias são arrasadas, os actos de tortura com mutilações são recorrentes, quando não se fazem massacres em massa. Para além do chicote em pele de hipopótamo — são inúmeros os casos de flagelação até à morte —, por cada bala fornecida aos soldados que trabalham para o rei Leopoldo II é pedido para trazerem a mão direita do cadáver.

MÃO CORTADA

Os oficiais europeus exigiam a prova que as bolas eram utilizadas para abater os indígenas, e não para caçar ou para preparar um motim. Esta prova, era uma mão, cortada ao cadáver. O que explica algumas mãos cortadas aos indígenas vivos, para justificar uma bala que realmente foi utilizada na caça. Leopoldo, acusado, respondia com despeito: “as mãos cortadas, mas isso é idiota! Cortar-lhes ia efectivamente tudo o resto, mas não as mãos. É a única coisa da qual tenho necessidade no Congo!”

Quando uma aldeia recusava submeter-se ao regime da borracha, as tropas do Estado, das companhias ou dos seus aliados disparavam, por vezes, sobre quem quer que avistassem — para que as aldeias próximas compreendessem bem o aviso. Nessas ocasiões, contudo, certos oficiais europeus mostravam-se desconfiados. Por cada cartucho que entregavam aos seus soldados, exigiam-lhes uma prova de a bala ter sido usada para matar alguém, e não «desperdiçada» na caça ou, pior ainda, guardada para possível uso numa sublevação.

Adam Hochschild, O Fantasma do rei Leopoldo, p. 242-243.

Sobre este tema ver ainda <http://www.cobelco.org/>.

Fonte: <http://pressafrique.com/m43.html>

Horror, horror: dez milhões de mortos?

Durante uma vintena de anos, os agentes territoriais, a força pública, e as milícias armadas das sociedades privadas, espalhavam o terror nas regiões do Equador, de Aruwimi, de Lomami, de Mai-Ndombe, de Itimbiri, de Uele, de Kasaï e de Mongala. Esclavagismo, deportações, guerras, massacres, pilhagens, capturas, aprisionamentos e torturas eram os meios e os métodos utilizados para forçar a população a colher a borracha e a entregá-la às autoridades coloniais. De acordo com certas fontes, milhões de congolese morreram devido ao regime instaurado pelo rei Leopoldo II. Este regime de terror quase nunca foi denunciado pelos missionários católicos que participavam nas consideradas missões civilizadoras do rei. No entanto, largas zonas de sombras subsistem ainda sobre este período, durante o qual morreram 10 milhões de congolese, de acordo com Adam Hochschild. Adam Hochschild apoiando-se nos registos demográficos, estima que metade da população teria desaparecido durante uma vintena de anos. Esta estimativa parece confirmada pelos escritos oficiais:

Em 1919, uma comissão oficial do governo belga considerou que, desde o tempo em que Stanley começara a lançar as fundações do Estado de Leopoldo até então, a população do território «se reduzira a metade». O major Charles Liebriechts, membro cimeiro da administração do Estado do Congo durante a maior parte da existência deste, chegou à mesma conclusão em 1920. O mais fidedigno juízo da actualidade é o de Jan Vansina, professor emeritus de história na Universidade do Wisconsin e talvez o maior etnógrafo vivo dos povos da Bacia do Congo que baseia os seus cálculos em «inúmeras fontes de áreas diferentes: padres que notavam a diminuição dos rebanhos, tradições orais, genealogias e mito mais. A sua estimativa é a mesma: entre 1880 e 1920 a população do Congo diminuiu «pelo menos, de metade».

Metade de quê? Só na década de 1920 foram efectuadas as primeiras tentativas de recenseamento na escala de todo o território. Em 1924, a população foi calculada em dez milhões, número este confirmado por contagens ulteriores. Segundo as estimativas, isto significaria que, durante o período de Leopoldo e no que imediatamente se lhe seguiu, a população daquele território perdeu, aproximadamente, dez milhões de pessoas.

Adam Hochschild, *O Fantasma do Rei Leopoldo*, p. 336-337.

Num documentário da BBC, o professor congolês Elikia Mbokolo retoma o mesmo número e refere os dez milhões de congolese que teriam desaparecido das estatísticas. Este número continua a ser controverso e é estimado a partir de uma interpretação dos números demográficos. No entanto mostra a amplitude e ignomínia do regime instaurado por Leopoldo II.

Em 1986, o Kölnische Zeitung escreveu, referindo-se "a um belga que goza de uma elevada consideração, um comunicado segundo o qual 1308 mãos cortadas tinham sido entregues a um tristemente célebre Comissário Leon Fievez no espaço de só um dia". O jornal alemão publicou esta notícia duas vezes sem que o estado do Congo reagisse ou publicasse um desmentido.

Jules Marchal, *L'Etat Libre du Congo, L'Histoire du Congo, 1876-1900, Vol I*, p. 339.

O cabo recebe sempre cartuchos quando sai para receber a borracha. Tem de devolver os que não usou e por cada bala gasta deve trazer uma mão direita!... Quanto às proporções desta prática, o [Rei] informou-me de que, em seis meses, eles, o Estado, tinham gasto no rio Momboyo, 6000

cartuchos, o que significa que foram mortas ou mutiladas 6000 pessoas. Significa mais de 6000, visto que me foi repetidamente contado que os soldados matavam as crianças à coronhada.

Lagergen, *Mission and State in Congo* citado por Adam Hochschild, *O Fantasma do Rei Leopoldo*, p. 327.

Adam Hochschild liga as causas de mortalidade a causas directas: assassinatos em massa, mas também a causas indirectas ligadas ao regime de terror exercido pelos vassallos de Leopoldo: fome, doenças, diminuição da taxa de natalidade.

As epidemias cobram, praticamente, sempre maior e mais rápido tributo nos subalimentados e nos traumatizados: não forma precisos gases venenosos nem pelotões de fuzilamento para liquidar muitos dos que morreram nos campos de concentração nazis ou soviéticos.

Adam Hochschild, *O Fantasma do Rei Leopoldo*, p. 333-334.

Em 1929, a comissão permanente do Congresso Nacional Colonial da Bélgica alertado pela diminuição consequente da população e por conseguinte da diminuição do número de trabalhadores declarou:

“Correremos o risco de um dia ver a nossa população nativa entrar em colapso e desaparecer”, “de modo que nos encontramos perante uma espécie de deserto”.

Citado por Adam Hochschild, *O Fantasma do Rei Leopoldo*, p. 337.

Numerosas aldeias foram destruídas, as populações traumatizadas e esfomeadas fugiam para uma natureza que pelo menos não é tão hostil (floresta virgem, clima equatorial ou tropical, doenças infecciosas e parasitárias).

Um missionário católico que trabalhou durante muitos anos na região do lago Mai Ndombe, uma importante zona produtora de borracha (...) ao chegar, em 1910, ficou surpreendido com a ausência de praticamente total de crianças com idade entre os 7 e 14 anos, se bem que houvesse muitas mais de outras idades. Este facto assinala perfeitamente o período de 1896 a 1903, exactamente aquele em que a campanha da borracha atingiu o auge nessa região. Uma testemunha que se encontrava então numa região próxima era Roger Casement, que (...) calculou que a população diminuiria 60% (...).

Citado por Adam Hochschild, *O Fantasma do Rei Leopoldo*, p. 334.

BBC

O legado do Rei Leopoldo de violência na Rep. Dem. do Congo

Mark Dummett – Antigo correspondente da BBC em Kinshasa

Dos Europeus que se desenfreadam na corrida para o controlo de África no fim do século XIX, o rei Leopoldo II da Bélgica foi certamente o que deixou o mais vasto e o mais horroroso legado de todos.

Enquanto as grandes potências disputavam territórios noutras regiões, o rei de um dos mais pequenos países da Europa traçou a área da sua colónia privada de mais de 100 km² tirada à floresta tropical da África Central.

Invocou que o fazia para proteger os “nativos” dos escravagistas árabes e para abrir o coração da África aos missionários cristãos e aos capitalistas ocidentais.

Em vez disso, como defendem vigorosamente os autores do documentário “White King, Red Rubber, Black Death” (Rei Branco, Borracha Vermelha, Morte Negra) da BBC-4, o rei desencadeou novos horrores no continente africano.

Tormento e violação

O rei Leopoldo tornou o seu designado “*Estado Livre do Congo*” num campo de trabalho intensivo, sacou uma fortuna pessoal da colheita da goma da borracha e contribuiu em grande parte para a morte de aproximadamente 10 milhões de pessoas.

Eu fiquei tão comovido, Excelência, pelas histórias que as pessoas me contaram que tomei a liberdade de lhes prometer que, a partir de agora, V. Ex^a só as mataria por crimes que cometam.

John Harris, missionário em Baringa

O que é agora designado por República Democrática do Congo nunca mais, evidentemente, recuperou.

“*Roubo legalizado imposto pela violência*”, como era descrito na altura o reino de Leopoldo, manteve-se, mais ou menos, desde então, o lema de governação dos dirigentes do Congo.

Simultaneamente, os militares do Congo nunca se afastaram do papel que lhes foi atribuído por Leopoldo II – como uma força para coagir, atormentar e violar uma população civil desarmada.

Decependo as mãos

Como repórter da BBC no Congo, acompanhei histórias que eram ecos bem altos do que acontecia 100 anos antes.

O documentário começa com as imagens chocantes de algumas das vítimas de Leopoldo — crianças e adultos cujas mãos direitas tinham sido cortadas pelos seus agentes.

Os agentes precisavam disto para provar aos seus superiores que não tinham “desperdiçado” as suas balas em animais.

Esta regra era raramente observada, pois os soldados continuavam a disparar sobre macacos e então, mais tarde, deceparam os nativos para arranjamem os necessários álibis.



Os homens que não traziam a borracha suficiente eram assassinados pelos agentes.

‘Correspondentes estrangeiros’

O realizador Peter Bate utiliza registos documentais de tais atrocidades para representar num tribunal imaginário uma acusação contra o monarca, que compara a um subsequente tirano europeu, Adolf Hitler.

Um actor faz o papel do barbudo e prostrado Leopoldo, remexendo-se nervosamente enquanto são lidos os testemunhos condenatórios, compilados pelos correspondentes estrangeiros do dia, os missionários.

John Harris, de Baringa, por exemplo, ficou de tal forma chocado com o que tinha visto que se sentiu motivado para escrever uma carta ao principal agente do rei no Congo.

“Acabei de regressar de uma viagem no interior à aldeia de Insongo Mboyo. A miséria abjecta e o extremo abandono é totalmente indescritível. Eu fiquei tão comovido, Excelência, pelas histórias que as pessoas me contaram que tomei a liberdade de lhes prometer que a partir de agora V. Ex^a só as mataria por crimes que cometam.

Legado positivo

Nas sequências mais fortes do filme assistimos a cenas de reconstrução do terror causado pelos homens de Leopoldo.

Vemos uma aldeia queimada sem qualquer aviso e seus habitantes arrebanhados; os homens mandados para as florestas, e as mulheres amarradas como reféns, sendo alvos indefesos de abusos, até que os maridos voltem com goma de borracha suficiente para satisfazer o agente de Leopoldo II.

Isto, dizem-nos, constituiu o “momento da verdade” para aquela comunidade.

Se os homens não trouxessem goma de borracha suficiente e o agente de Leopoldo II perdesse a sua comissão, mandaria matar toda a gente.

Não há dúvida que a história do Congo e o documentário “Rei Branco, Borracha Vermelha, Morte Negra” são demasiado perturbantes e dificilmente suportáveis; contudo, Leopoldo deixou efectivamente, embora involuntariamente, um legado positivo — o nascimento do humanitarismo moderno.

A campanha para revelar a verdade por detrás da “sociedade secreta de assassinos” de Leopoldo, conduzida pelo diplomata Roger Casement e por um ex-funcionário da marinha mercante ED. Morel, tornou-se no primeiro movimento de massas dos direitos humanos.

Os seus sucessores, como a Amnistia Internacional, o Human Rights Watch, o Voix des Sans Voix sediado em Kinshasa, e o jornalista En Danger, significam que os abusos nos dias de hoje no Congo, nunca mais podem ser ocultados por muito tempo.



As mãos das crianças e dos adultos foram cortadas.

Nota: O documentário “Rei Branco, Borracha Vermelha, Morte Negra” foi difundido pela BBC-4 no Reino Unido, em 24 de Fevereiro de 2001.

História da BBC NEWS:

<http://news.bbc.co.uk/go/pr/fr/-/1/hi/world/africa/3516965.stm>

O Processo do Rei Leopoldo II Colette Braeckman

O mundo anglo-saxónico considerou sempre Leopoldo II como o patrão sanguíneo do Congo. A televisão apropriou-se do tema. Refaz-se a perspectiva sobre Leopoldo II, o segundo rei dos belgas, aquele de que os livros de história só retiveram alguns cromos (o rei construtor, o gigante numa cave, etc.) é, desta vez retirado do seu pedestal para ser confrontado com o olhar da história. Os custos são pesados, excessivos na sua formulação: genocídio, holocausto, crimes comparados aos de Hitler.

Para este acusado, arrastado sobre o banco da infâmia, não se considera nenhuma circunstância atenuante, como, por exemplo, o estado de espírito dos inícios do capitalismo industrial, ou a exploração intensa das colónias para proveito das metrópoles, quer se trate da França, da Inglaterra ou da Bélgica.

É verdade que os historiadores do nosso país se mostraram discretos, e durante muito tempo, sobre estes primeiros anos da fundação do Estado “independente do Congo”, em que milhões de pessoas foram levadas pelo trabalho forçado, pelos massacres. Estes crimes, na época, foram denunciados por Edmund Morel e Roger Casement que lançaram as primeiras campanhas humanitárias dos tempos modernos.

Foi necessário esperar a obra modesta e convincente do belga Marchall, retomada pelo americano Hochschild, “O Fantasma do Rei Leopoldo”, para que seja revelado ao grande público a extraordinária violência desta empresa em que se vêem mercenários vindos de toda a Europa talhar um domínio privado para o benefício exclusivo de um só homem de que o historiador Jean Stengers dizia, citando Stanley: “O rei é de uma voracidade incrível”.

A BBC chamou a si este tema destas histórias de horror, que tinham inspirado Joseph Conrad, para realizar um documentário implacável e manequeísta, em que se vê, de um lado, Bruxelas embelezada pelos grandes trabalhos realizados com o dinheiro que vinha de África e, do outro, piedosas imagens de arquivos, mostrando os indígenas com as mãos mutiladas, longas filas de carregadores, de prisioneiros ligados por cordas. Entre o passado e o presente, entre estas imagens amareladas pela história e as sequelas sempre visíveis desta exploração extrema, o historiador Elikia M'Bokolo serve de fio condutor. Ele fala com os antigos, depositários da memória oral das gentes do Rio, introduz-nos em Bitumba ou em Basankusu, sobre o Equador, localidades hoje tão miseráveis como há um século.

Neste documentário notável, na sua força e na sua precisão, tudo é verdade, mas não suficiente, porque a conquista de África pelas grandes potências talvez ainda não tenha terminado. Esperemos que não seja necessário esperar mais de um século para que seja realizado um documentário sobre os milhões de mortos a que levaram as guerras e as depredações de hoje.

Rossel e Cia SA, Le Soir en Ligne, Bruxellas, 2004.

Fonte: <http://www.cobelco.org/Library/le%20proces%20de%20Leopol%20II.htm>

O ministro Michel zanga-se a propósito de um documentário programado pelo la Deux: Os crimes de Leopoldo II no Congo.

O ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Louis Michel, irritou-se muito facilmente com o documentário britânico “Roi blanc, caoutchouc rouge, mort noire” que será apresentada esta quinta-feira 8 de Abril, à 20h30, pelo RTBF2. Considera que "este filme descreve o nosso país de uma maneira demasiado ‘negacionista’". Não seria ele, por acaso, o “negacionista”?

Entre 1895 e 1908, o Congo era propriedade pessoal do rei Leopoldo II. Neste documentário, o professor congolês Elikia Mbokolo diz que em 1920 dez milhões de congoleses tinham desaparecido das estatísticas.

Sob a pressão da casa real e de um comunicado de imprensa de Luís Michel [Ministro dos Negócios Estrangeiros] à beira da apoplexia, o canal VRT, que também tinha difundido o filme, cortou um comentário fazendo o paralelo entre a colonização de Leopoldo II e o genocídio hitleriano.

Contudo, os factos citados no filme são incontestáveis. Nestas últimas décadas, numerosos autores citaram oficiais coloniais que não hesitavam em se vangloriarem das suas atrocidades. As suas histórias de maus tratamentos e de exploração eram horríveis. Infelizmente apenas são do conhecimento de um público restrito que leu estas obras.

Na Bélgica do ano 2004, as estátuas do rei Leopoldo II continuam bem assentes nos seus pedestais. Há alguns anos, quando os anti-imperialistas quiseram rebaptizar a grande avenida Leopoldo II de Bruxelas em grande avenida Patrice Lumumba foram tratados como verdadeiros terroristas.

A reacção de Louis Michel e da casa real face a este documentário é típica da raiva dos meios dirigentes da Bélgica para com todos aqueles que ousem denunciar os crimes da burguesia belga no Congo.

A raiva e o desprezo que mostra abertamente o *establishment* belga eram já visíveis, mais cedo, nos anos 1960-1961, durante os últimos meses de vida de Patrice Lumumba e após a sua morte atroz.

(...)



A democracia dos golpes.

Fonte: <http://www.ptb.be/scripts/article.phtml?section=A1AAAGBBBC&obid=23350>

Parte II – Textos sobre o Rei Leopoldo II

Entrevista a Adam Hochschild

CoBelCo.org

P. Quais as razões que o levaram a escrever “O Fantasma do Rei Leopoldo”?

R. Eu escrevi este livro depois de ter lido um artigo a propósito de milhões de mortos no Congo, há cem anos. Questionei-me: como é que era possível que eu nada soubesse sobre este assunto? Interesse-me pelos direitos humanos e pensava conhecer a história dos movimentos pelos direitos do homem. Mas, ignorava tudo sobre estes acontecimentos, que, para além do mais, estavam ausentes de muitos dos livros de história. Porquê?

P. Que reacções teve relativamente ao livro? Dos congolezes? Dos belgas?

R. Na Bélgica, a maior parte dos jornais foram muito positivos ao contrário dos antigos colonialistas e dos seus aliados no mundo académico. Muitos congolezes contactaram-me. Alguns contaram-me histórias sobre o terror que reinava no Congo na época do rei Leopoldo II, histórias que tinham ouvido dos seus avós. Um homem deixou-me uma mensagem no meu telefone dizendo-me que o seu avô tinha sido morto pelos belgas. Uma congoleza disse-me: “nós não aprendemos esta história na escola, mas ela é a nossa história.” É triste constatar que por causa da situação precária que reinava no meio universitário do Congo é-me mais fácil encontrar as informações sobre a história do Congo em certas livrarias da Califórnia.

P. Que sucesso teve o seu livro na Bélgica?

R. Para minha grande surpresa foi best-seller durante vários meses. Espero que isto traduza uma vontade de saber mais pela parte das jovens gerações na Bélgica e igualmente nos belgas que se interessam pelos direitos do homem, pelo passado colonial belga.

P. Na sua opinião, quais são as consequências do colonialismo na República Democrática do Congo?

R. Durante centenas de anos, o comércio de escravos arrasou o Oeste do Congo. Depois, o sistema colonial, posto em prática pelo rei Leopoldo, teve como consequência a redução da população para metade. Depois de 1920, o sistema colonial belga foi menos mortífero, mas, como em todas as antigas colónias, apenas serviu os interesses da metrópole. Durante todo este período, não havia justiça equitativa nem nenhuma implantação de instituições democráticas. Pode-se então admirar do caos reinante actualmente neste país? A herança colonial não pode explicar tudo, mas faz parte da explicação.

P. Qual é a sua opinião sobre o Museu Real da África Central de Tervuren, na Bélgica?¹

R. Até há pouco tempo, o Museu Real da África Central não fazia nenhuma alusão aos milhões de mortos e às atrocidades cometidas no Congo durante a época colonial. Mas, os dirigentes mudam, certas exposições são revistas e eu espero que, no futuro, representará melhor ao que realmente se passou no Congo. É difícil para um país analisar as páginas sombrias da sua história. Nós próprios, nos Estados Unidos, não temos museu sobre a escravatura em Washington.

P. Porque é que a Bélgica deverá reconhecer oficialmente os acontecimentos do seu passado colonial no Congo?

R. O grande escritor russo Soljenitsyne, a quem foi posta a mesma questão a propósito da história, respondia, fazendo referência a um provérbio russo que diz: lembrarmo-nos do passado é perder um olho, esquecer o passado é perder os dois.

P. Acha realista imaginar que a classe política de um país ocidental iniciaria um processo de reconhecimento e de comemoração pelos seus actos cometidos contra as populações africanas durante o período colonial?

R. Penso que a melhor das reparações que a Europa e os Estados Unidos poderiam propor é a criação efectiva de um sistema de comércio internacional equitativo. As manifestações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) que tiveram lugar em Seattle em 1999 levam-me a pensar que há muita gente, venham de onde vierem, que compreendem que o mundo tem necessidade de um sistema mais social, mais humano e não de um sistema que só serve os interesses das multinacionais. Criar um sistema económico equitativo é a melhor forma de reparar o passado.

P. Onde é que estão os Estados Unidos, a propósito do reconhecimento das suas implicações no comércio de escravos?

R. Nos anos 50, a escola não nos ensinava nada a propósito do comércio de escravos: Hoje as coisas mudaram. Os livros falam do assunto. Hollywood produz filmes sobre o mesmo assunto. As coisas mudaram nos anos 60, com milhões de negros americanos a manifestarem-se pelos seus direitos. Foi a partir deste momento que a sociedade começou a olhar de forma diferente para o seu passado. Se, na Europa, 30 milhões de pessoas, de origem africana, tivessem criado o mesmo tipo de movimento, todas as ex-nações coloniais europeias olhariam para o seu passado de forma mais honesta. Mas, porque na Europa não há os 30 milhões de pessoas, será então da responsabilidade dos europeus criarem a mudança neste sentido.

Fonte: <http://www.cobelco.org/Interviews/interviewsfs.htm>

¹ Nota dos tradutores: O Museu Real da África Central de Tervuren, na Bélgica, foi construído por iniciativa do rei Leopoldo II, entre 1904 e 1910. É um dos museus sobre África mais prestigiados a nível mundial. Ver <http://www.africamuseum.be/>.

O Fantasma do Rei Leopoldo

Prólogo

«Os negociantes estão a raptar a nossa gente»

Quando começaram a imaginar como seria a África para além do Sahara, os europeus figuraram nesse continente uma paisagem de sonho, um lugar adequado às fantasias do temível e do sobrenatural¹. O monge beneditino Ranulf Higden, que desenhou um mapa do mundo por volta de 1350, dizia que havia na África pessoas com um só olho e que usavam os pés para cobrir a cabeça. No século seguinte, um geógrafo anunciou que esse continente tinha gente com uma só perna, três caras e cabeça de leão. Em 1549, o monge italiano Fra Mauro afirmou que a África era a terra do *roc*, uma ave tão grande que podia transportar pelos ares um elefante.

Na Idade Média, praticamente ninguém na Europa se encontrava em condições de saber se em África havia aves gigantescas, pessoas com um só olho ou qualquer outra coisa. A costa mediterrânica da África era habitada por mouros hostis, e poucos europeus se atreviam a pôr ali os pés e muito menos a atravessar o Sahara em direcção ao sul. Quanto a tentar navegar ao longo da costa ocidental africana, todos sabiam que depois das Canárias se entrava no Mar Tenebroso, no Mar das Trevas.

«Na imaginação medieval», escreve Peter Forbath, «essa região era de um extremo terror... onde os céus despejam lençóis de chamas líquidas e as águas fervem... onde rochedos povoados por serpentes e ilhas de papões esperam o mareante, onde a mão gigantesca de Satan surge das profundezas insondáveis para capturá-lo, onde o seu rosto e todo o seu corpo se tornam negros em sinal da vingança de Deus pela sua insolência ao intrometer-se nesse mistério proibido. E, mesmo que ele consiga sobreviver a todos esses horríveis perigos e prossiga a sua navegação, chegará ao Mar da Escuridão e perder-se-á para sempre nos vapores e lodaçais do fim do mundo.»

Os europeus, com os portugueses à frente, só começaram a aventurar-se sistematicamente para Sul no século XV, a aurora da era da navegação oceânica. Os construtores navais de Lisboa criaram na década de 1440 a caravela, uma embarcação compacta, muito boa para navegar contra o vento. Se bem que raramente medissem mais de trinta metros de comprimento, esses robustos navios levaram os exploradores até longínquos locais da costa africana, onde ninguém sabia que ouro, que especiarias, que pedras preciosas poderiam existir. Mas os exploradores não iam movidos apenas pela avidez de riquezas. Sabiam que nalgum sítio de África se encontraria a nascente do Nilo, mistério que fascinara os europeus desde a Antiguidade. E iam também movidos por um dos mais resistentes mitos medievais: a lenda do Preste João, um rei cristão que governava, segundo se dizia, um vasto império do interior africano onde, num palácio de cristal translúcido e pedras preciosas, reinava sobre quarenta e dois reis menores além de centauros e gigantes sortidos. Nenhum viajante era recusado à sua mesa de jantar, feita de esmeralda maciça, em redor da qual se podiam sentar milhares de convivas. O Preste João gostaria, decerto, de partilhar as suas riquezas com os seus amigos cristãos e de ajudá-los a descobrir caminho para mais longe, para a fabulosa opulência da Índia.

As sucessivas expedições portuguesas sondavam sempre mais para Sul. Em 1482, um experiente navegador chamado Diogo Cão partiu para a mais ambiciosa viagem até então tentada. Navegando ao longo da costa ocidental africana, deixou de ver no céu a Estrela do Norte. A caravela

passara o Equador, e Diogo Cão encontrava-se muito mais a sul que qualquer outro navegador oriundo, até então, da Europa.

Certo dia, deparou-se-lhe um fenómeno que o deixou atónito. O mar tomara a toda a volta da embarcação uma tonalidade amarelada e escura, com laivos de ardósia, e as ondas que iam quebrar nos areais da costa tinham uma cor amarela-acastanhada. Ao rumar para uma angra com muitas milhas de largura, a caravela teve de lutar contra uma corrente de oito a nove nós. Além disso, provando a água que rodeava a embarcação, Diogo Cão verificou que ela era doce: penetrara, pois, na foz de um enorme rio carregado de sedimentos, mais largo que qualquer outro visto até então por um europeu. A impressão que a vastidão desse rio causou a Diogo Cão e aos seus homens reflecte-se num relato da época:

«Por espaço de 20 léguas [o rio] conserva a sua água doce impoluta pelas vagas salgadas que a rodeiam por todos os lados; como se este nobre rio decidira medir forças em batalha campal com o próprio oceano e negar-lhe, só ele, o tributo que todos os mais rios do mundo pagam sem resistência.»

Os oceanógrafos modernos descobriram novas provas da força desse grande rio na sua «batalha campal com o oceano»: um profundo vale submarino com 160 quilómetros de comprimento e, em certos pontos, mais de 1200 metros de profundidade, escavado pelo rio no fundo do mar.

Diogo Cão desembarcou junto da foz e fez erguer um padrão de pedra calcárea, encimado por uma cruz, no qual haviam sido esculpidos o escudo de armas real e a seguinte inscrição:

«Era da criação do mundo de seis mil Bj^c LXXXJ [6681] anos do nascimento de Noso Senhor Jeshu de mil CCCCLXXXJ anos o mui alto mui eicelête poderoso principe el Rey Dõ Joam segundo de Portugal mãdou descobrir esta terra e poer estes padrões por Diogo Cão escudeiro de sua casa.»

[Leitura de Luciano Cordeiro]

Durante a maior parte dos quinhentos anos seguintes, o rio que Diogo Cão alcançara seria conhecido dos europeus pelo nome de Congo. A foz desse rio situava-se no extremo setentrional de um próspero reino africano, uma federação imperial com dois a três milhões de habitantes. De então para cá, os geógrafos têm escrito o nome do rio (e o da colónia que depois se estabeleceu nas suas margens) de uma maneira, Congo, e o do povo que vive em redor da sua foz (e o do seu reino indígena) de outra, Kongo.

O reino do Kongo era, mais ou menos, um quadrado com pouco mais de 480 quilómetros de lado em território que hoje pertence a vários países. A capital, Mbanza Kongo — *mbanza* significa «corte» —, situava-se no cimo de uma imponente colina, a uns dez dias de viagem a pé para o interior e actualmente no lado angolano da fronteira de Angola com o Congo. Em 1491, nove anos e várias viagens depois do desembarque de Diogo Cão, uma expedição de receosos padres e emissários portugueses fez essa travessia de dez dias e ficou a residir, na qualidade de representação permanente do seu país, na corte do rei do Kongo. A sua chegada assinala o começo do primeiro contacto permanente de europeus com uma nação negra africana.

Quando os portugueses ali chegaram, o reino do Kongo contava já, pelo menos, cem anos. O monarca, o ManiKongo, era escolhido por uma assembleia de chefes de clãs. Como os seus semelhantes europeus, sentava-se num trono — feito, no seu caso, de madeira com embutidos de marfim. Como símbolos da autoridade régia, o ManiKongo empunhava uma chibata de cauda de zebra, trazia suspensas do cinto peles e cabeças de animaizinhos recém-nascidos e cobria-se com um gorro.

Na capital, o rei administrava a justiça, recebia homenagens e passava revista às tropas numa grande praça pública, sentado debaixo de uma figueira. Quem se aproximasse dele tinha de fazê-lo a quatro patas. Ninguém podia, sob pena de morte, vê-lo comer ou beber. Antes de ele o fazer, um servo batia com dois varões de ferro um no outro, e quem estivesse à vista tinha de deitar-se no chão de cara para baixo.

O ManiKongo então reinante acolheu afavelmente os portugueses. O seu entusiasmo devia-se, provavelmente, menos ao Salvador de quem os inesperados visitantes lhe falaram que ao auxílio que as suas mágicas armas cuspidoras de fogo poderiam trazer-lhe para a supressão da inquietante revolta de uma das suas províncias. E os portugueses fizeram-lhe gostosamente esse favor.

Os recém-chegados construíram igrejas e escolas missionárias. Como tantos evangelistas brancos que lhes seguiram as pisadas, ficaram horrorizados com a poligamia ali prevalecente, e pensaram que essa temível prática fosse provocada pelas especiarias da comida africana. Mas, apesar do seu desprezo pela cultura do Kongo, os portugueses viram-se obrigados a reconhecer nesse reino um Estado evoluído e bem desenvolvido — o principal da costa ocidental da África Central. O ManiKongo nomeava governadores para cada uma das cerca de meia dúzia de províncias, e o seu poderio era exercido por meio de um complicado sistema administrativo com postos especializados, como o de *mani vangu vangu*, ou juiz de primeira instância para casos de adultério. Embora sem a escrita nem a roda, os habitantes forjavam jóias de cobre e armas de ferro e vestiam tecidos feitos com fibras das folhas da palmeira de ráfia. Segundo o mito, o fundador do Estado do Kongo fora um rei ferreiro, e por isso o trabalho do ferro era ocupação da nobreza. O povo cultivava inhames, bananas e outros frutos e plantas e criava porcos, bovinos e cabras. Mediam as distâncias por dias de marcha e o tempo pelo mês lunar e por uma semana de quatro dias em que o primeiro era feriado. O rei cobrava impostos aos seus súbditos e, como tantos outros governantes, regulava a circulação da moeda, constituída por caurins apanhados numa ilha da costa sob a autoridade régia.

Como em grande parte da África, praticava-se ali a escravatura. A natureza da escravatura africana variava de região em região e modificava-se com o tempo, mas os escravos eram, na sua maioria, cativos de guerra. Outros eram criminosos ou devedores insolventes ou haviam sido dados pelas suas famílias em cumprimento de acordos matrimoniais. Como qualquer sistema que atribui a certos seres humanos um poder total sobre outros, a escravatura africana podia tomar aspectos brutais. Certos povos da bacia do Congo sacrificavam escravos em ocasiões especiais, como na ratificação dos tratados entre chefes: a morte lenta de um escravo, abandonado com os ossos quebrados, simbolizava o destino de quem violasse o tratado. Também podiam ser sacrificados escravos para dar ao espírito de um chefe morto uma companhia na sua viagem para o outro mundo.

Nos outros aspectos, contudo, a escravatura africana era mais flexível e benigna que o sistema que os europeus não tardaram a instalar no Novo Mundo. Ao cabo de uma ou duas gerações, os escravos podiam, em muitos casos, ganhar ou receber a liberdade, e não eram muito raros os casamentos de escravos com pessoas livres. Apesar disso, a existência do comércio de seres humanos, sob uma ou outra forma, acabou por ser catastrófica para a África, porque os europeus, quando se mostraram dispostos a comprar infindáveis carregamentos de escravos, verificaram que os chefes africanos não hesitavam em vender-lhos.

Esses compradores de escravos apareceram muito cedo. Chegavam, a princípio, em pequeno número, mas depois em torrente, desencadeada pelos acontecimentos do outro lado do Atlântico. Em 1500, nove anos apenas depois da chegada dos primeiros europeus a Mbanza Kongo, uma expedição portuguesa, desviada da sua rota pelos ventos, descobriu o Brasil. Poucas dezenas de anos depois, o Hemisfério Ocidental era já um grande, lucrativo e insaciável mercado de escravos africanos, postos a trabalhar aos milhões nas minas e nas plantações de café do Brasil, bem como nas ilhas Caraíbas, onde outras potências europeias começaram sem demora a usar a terra viçosa e fértil para o cultivo da cana-de-açúcar.

No reino do Kongo, os portugueses, dominados pela febre da escravatura, esqueceram a busca do Preste João. Os homens enviados de Lisboa para trabalhar em Mbanza Kongo como pedreiros ou professores começaram rapidamente a obter muito mais dinheiro escoltando para a costa contingentes de africanos acorrentados que ali vendiam aos capitães das naus negreiras.

O engodo dos lucros da escravatura atraiu até alguns padres que deixavam a pregação, tomavam mulheres negras como concubinas, tinham escravos seus e vendiam os seus alunos e conversos. Mas os que se extraviavam do redil mantinham-se, em certo sentido, fiéis à sua fé: depois da Reforma, procuravam que nenhum dos seus haveres humanos acabasse em mãos protestantes. Dizia um deles que não seria, certamente, justo que «pessoas baptizadas na Igreja Católica fossem vendidas a povos inimigos da sua fé».

Uma aldeia próxima do padrão de Diogo Cão, na margem sul do estuário do Congo, tornou-se um porto de embarque de escravos, do qual na década de 1530 eram embarcados por ano, para o outro lado do Atlântico, mais de cinco mil escravos. No século seguinte, eram já exportados do reino do Kongo, ao todo, quinze mil escravos por ano. Os traficantes conservavam registos muito cuidados da sua pilhagem. Um inventário desta região, conservado até hoje, menciona «68 cabeças» de escravos mencionados pelos seus nomes, defeitos físicos e valor em dinheiro, a começar pelos homens, que valiam mais, e termina assim: «uma menina de nome desconhecido, pois está a morrer e não pode falar, um homem sem valor e uma rapariguinha chamada Callenbo, sem valor porque está moribunda; uma rapariguinha, Cantunbe, sem valor porque está moribunda».

Muitos dos escravos embarcados para as Américas na foz do grande rio vinham do próprio reino do Kongo; muitos outros eram capturados por traficantes africanos que percorriam até mais de 1100 quilómetros para o interior a fim de comprar escravos aos chefes e notáveis locais. Os escravos, conduzidos em marcha forçada para a costa com jugos de pau ao pescoço, recebiam pouco alimento e, como as caravanas costumavam viajar na estação seca, bebiam, muitas vezes, água estagnada. As picadas que conduziam aos portos de embarque não tardaram a ficar semeadas de ossos a branquear ao sol.

Uma vez devidamente baptizados, enroupados em restos de serapilheiras dos fardos da carga e acorrentados uns aos outros nos porões dos navios, os escravos desta região seguiam para o Brasil, o local do Novo Mundo mais próximo dali. Mas, a partir do século XVII, o aumento da procura atraiu muitos capitães para uma viagem mais longa, até às colónias britânicas da América do Norte. Aproximadamente um de cada quatro escravos importados para trabalhar nas plantações de algodão e de tabaco do Sul americano provinha, homem ou mulher, da África Equatorial e também, portanto, do reino do Kongo. A língua kikongo, falada em redor da foz do Congo, é uma das línguas africanas cujos vestígios foram encontrados pelos linguístas no dialecto Gullah, hoje falado pelos negros norte-americanos das ilhas costeiras da Carolina do Sul e da Geórgia.

Quando o tráfico atlântico de escravos começou a dizimar o Kongo, reinava nesta nação um ManiKongo chamado Nzinga Mbemba Affonso, que subira ao trono em 1506 e nele se manteve, com o nome de Affonso I, durante cerca de quarenta anos. A vida de Affonso abarcou um período crucial. Quando ele nasceu, ninguém ali sabia da existência dos europeus. Quando ele morreu, todo o seu reino perigava, ameaçado pela febre da venda de escravos que eles haviam provocado. Affonso era um homem com trágica consciência de si, e deixou a sua marca. Cerca de trezentos anos depois, um missionário disse: «O natural do Kongo sabe o nome de três reis: o do actual, o do anterior e o de Affonso.»

Quando, em 1491, os portugueses chegaram a Mbanza Kongo, Affonso era um chefe de província com pouco mais de trinta anos de idade. Convertido ao cristianismo, adoptou o nome de Affonso, tomou alguns conselheiros portugueses e estudou com os padres em Mbanza Kongo

durante dez anos. Um desses padres escreveu ao rei de Portugal que Affonso «conhece melhor que nós os profetas, o Evangelho do nosso Salvador Jesus Cristo, todas as vidas dos santos e tudo o que respeita à nossa Madre Igreja. Se Vossa Alteza o visse, ficaria admirado. Fala tão bem e com tanta segurança que sempre me parece ser o Espírito Santo que fala pela sua boca. Senhor, ele nada mais faz a não ser estudar; adormece muitas vezes sobre os livros, e esquece-se muitas vezes de comer e beber por estar a falar do nosso Salvador». É difícil distinguir quanto deste resplandecente retrato foi inspirado pelo desejo do padre de impressionar o rei de Portugal de quanto o foi pelo desejo de Affonso de impressionar o padre.

Na linguagem de uma era mais recente, o rei Affonso I foi um modernizador. Procurou diligentemente adquirir saberes, armas e produtos europeus a fim de robustecer o seu governo de modo a dar-lhe forças para enfrentar o potencial desestabilizador da chegada dos brancos. Tendo notado o apetite dos portugueses pelo cobre, por exemplo, vendia-lho em troca de produtos europeus que o ajudassem a comprar a submissão de províncias remotas. Era nitidamente um homem de inteligência invulgar, que tentou fazer uma coisa tão difícil no seu tempo como no nosso: ser um modernizador *selectivo*. Mostrava entusiasmo pela igreja, pela palavra escrita, pela medicina europeia, pela carpintaria, pela alvenaria e pelos demais ofícios que fosse possível aprender com os artífices portugueses. Mas, quando o rei de Portugal lhe enviou de Lisboa um emissário para que ele adoptasse o código jurídico e o protocolo da corte portuguesa, Affonso não se mostrou interessado. E fez o possível para manter afastados os prospectores, pois sentia que a sua terra seria totalmente conquistada pelos europeus se estes conseguissem descobrir ali o ouro e a prata que cobiçavam.

Como é dos seus conquistadores brancos que nos chega praticamente tudo o que sabemos acerca da vida desta parte da África durante os vários séculos seguintes, o rei Affonso I proporcionou algo de muito raro e valioso: uma voz africana. Na verdade, ela é uma das pouquíssimas vozes da África Central que conseguimos ouvir antes do século XX. Affonso serviu-se da sua fluência na língua portuguesa para redigir uma notável série de cartas a dois sucessivos reis portugueses: os primeiros documentos que conhecemos compostos por um negro africano numa língua europeia. Persistem algumas dúzias dessas cartas, subscritas com a sua assinatura num régio esplendor de duplos sublinhados e redigidas no tom formal de monarca para monarca, começando habitualmente com «Muito poderoso e muito alto príncipe e Rei meu irmão...». Mas não é apenas um rei que fala: ouvimos um ser humano que se horrorizava por ver o seu povo levado em número sempre crescente pelos navios negreiros.

Affonso não era abolicionista. Como muitos governantes africanos do seu tempo e de depois, possuía escravos; e, pelo menos uma vez, enviou para Lisboa alguns deles, de presente ao seu «irmão» rei de Portugal, juntamente com peles de leopardo, papagaios e argolas de cobre para os tornozelos. Mas essa troca tradicional de presentes entre reis parecia a Affonso muito diferente de ver dezenas de milhares dos seus súbditos, anteriormente livres, levados com cadeias para o outro lado do mar. Vejamos o que ele escreveu em 1526 a João III de Portugal:

«... os ditos mercadores levam cada dia nossos naturais filhos da terra e filhos de nossos fidalgos e vassallos e nossos parentes... Em tanta maneira, Senhor, é esta corrupção e devassidade que nossa terra se despoeva toda... Não temos necessidade nestes reinos mais que de padres e algumas poucas pessoas para ensinarem nas escolas nem menos de nenhuma mercadorias, somente vinho e farinha para o santo sacramento... porque nossa vontade é que nestes Reinos não haja trato de escravos nem saída para eles».

E no mesmo ano, mais tarde:

«... muitos nossos naturais, pelo desejo muito que têm das mercadorias e coisas desses Reinos que os vossos a estes tragam..., e por satisfazerem este seu desordenado apetite, furtam muitos dos naturais forros e isentos... e os levam a vender aos homens brancos que em nossos Reinos estão e lhos trazem escondidos, e outros de noite... E tanto que são em poder dos ditos homens brancos são logo ferrados e marcados com fogo...».

Affonso menciona repetidas vezes os temas gémeos do tráfico de escravos e do sedutor cortejo de panos, ferramentas, adereços e outras bugigangas que os negociantes portugueses usavam para comprar os seus carregamentos humanos:

«... tantas mercadorias... as quais têm tanto poder nos simples e ignorantes que deixam de crer em Deus por crerem nelas... e daqui, Senhor, se ajunta um cobiçoso com um colosso, por onde nossos naturais vêm a furtar os seus e nossos parentes, e Cristãos, e os mercam e vendem, por cativos».

Ao pedir ao rei português que lhe enviasse professores, farmacêuticos e médicos em vez de negociantes, Affonso admitia que essa torrente de bens materiais ameaçava a sua autoridade: «... mercadorias e coisas... se espalham por nossos reinos e senhorios em tanta abundância que muitos..., que tínhamos à nossa obediência, se levantam dela, por terem as coisas em mais abastança que nós, com as quais os antes tínhamos contentes e sujeitos...». O lamento de Affonso era presciente; não foi essa a última vez que o engodo pela grande cornucópia de artigos da Europa minou noutras terras os modos tradicionais de vida.

Os reis portugueses não se mostravam simpáticos; João III respondia: «Dizeis... que não quereis em vosso Reino haja resgate de escravos, isto porque se vos despova a terra; bem creio que com as paixões que vos dão portugueses dizeis isso, porque me dizem da grandeza do Congo e como é povoado que parece que nunca dele saiu um escravo...».

Affonso argumentava com os outros soberanos de cristão para cristão, e até com os preconceitos desse tempo. Sobre os padres transformados em negociantes de escravos, escrevia: «... porque este reino [e] a nossa fé ainda são como vidro por maus exemplos que os homens que cá vieram ensinar deram, porque a cobiça deste mundo [e] as poucas riquezas são destruição da verdade porque por cobiça os judeus crucificaram o filho de Deus, irmão, até o dia de hoje crucificado...».

Por várias vezes Affonso enviou directamente ao Papa, em Roma, os seus apelos para que pusesse termo ao tráfico de escravos; mas os portugueses prendiam os emissários que ele enviava ao Vaticano assim que desembarcavam em Lisboa.

O desespero de Affonso chegou ao auge em 1539, já perto do fim da vida, quando soube que dez dos seus jovens sobrinhos, netos e outros parentes, enviados para Portugal a fim de receber educação religiosa, haviam desaparecido no trajecto: «... dos quais até ora não temos sabido se são mortos ou vivos», escrevia ele, desesperado, «nem o fim que houveram, nem razão que deles dar a seus pais e mães». Podemos imaginar o horror do rei ao sentir-se incapaz de garantir a segurança da sua própria família. Na longa viagem de regresso à Europa, os negociantes e capitães portugueses desviavam muita carga do reino do Kongo destinada a Lisboa, e soube-se depois que aqueles jovens tinham ido parar ao Brasil como escravos.

O ódio ao tráfico transoceânico de escravos e a vigilância que ele exercia sobre a erosão da sua autoridade valeram a Affonso a inimizade de alguns negociantes portugueses instalados na sua capital. Oito deles atentaram contra a sua vida quando assistia à missa no domingo da Páscoa de 1540. Affonso escapou ileso, apenas com um buraco de bala na fimbria do manto real, mas um dos seus nobres foi morto e dois outros feridos.

Depois da morte de Affonso, o poderio do estado do Kongo diminuiu pouco a pouco, pois os chefes de província e de aldeia, que iam enriquecendo com as vendas de escravos, já não mostravam grande fidelidade à corte de Mbanza Kongo. No fim do século XVI, já outros países europeus tinham entrado no tráfico de escravos: os navios britânicos, franceses e holandeses percorriam a costa africana em busca de carga humana. Em 1665, o exército do debilitado reino do Kongo travou batalha contra os portugueses, foi derrotado, e o ManiKongo decapitado. As lutas internas esvaziaram ainda mais o reino, cujo território estava já totalmente absorvido pelas colónias europeias em fins do século XIX.

Exceptuando as cartas de Affonso, a memória escrita desses tempos continua a mostrá-los inteiramente pelos olhos dos brancos. Com que aspecto apareceram os europeus — a começar por Diogo Cão e pelos seus três navios com umas desbotadas cruces vermelhas nas velas — aos habitantes da foz do grande rio? Para ver com os seus olhos, temos de recorrer aos mitos e lendas coados no decurso dos séculos. A princípio, os africanos não viram nos mareantes brancos homens, mas sim *vumbi* — fantasmas de antepassados —, pois o povo do Kongo supunha que a pele das pessoas tomava a cor do giz ao passar para a terra dos mortos. E era, evidentemente, daí que vinham esses ameaçadores *vumbi* brancos, uma vez que quem estava na praia viu primeiramente os topos dos mastros dos barcos que se aproximavam, depois as superestruturas e, por fim, os cascos. Os passageiros desses navios vinham, sem dúvida, das suas moradas abaixo da superfície da terra. Eis como a chegada dos portugueses foi novamente contada por Mukunzo Kioko, historiador oral do povo Pende, já no século XX:

«Os nossos pais viviam confortavelmente... Tinham gado e cultivos, salinas e bananeiras.

«Subitamente, viram um barco enorme que subia do grande oceano. Esse barco tinha asas, muito brancas, que resplandeciam como facas.

«Vieram da água uns homens brancos que diziam palavras que ninguém compreendia.

«Os nossos antepassados tiveram medo; disseram que esses homens eram *vumbi*, espíritos que voltavam dos mortos.

«Repeliram-nos para o oceano com revoadas de flechas. Mas os *vumbi* cuspiram um fogo que fazia um ruído como o do trovão. Morreram muitos homens. Os nossos antepassados fugiram.

«Os chefes e os sábios disseram que aqueles *vumbi* eram os antigos donos da terra...

«Desse tempo até hoje, os brancos só nos trouxeram guerras e miséria.»

O comércio transatlântico de escravos pareceu uma nova confirmação de que os europeus tinham vindo da terra dos mortos, visto que os cativos, uma vez levados por eles para o mar nos seus carregamentos de escravos, nunca mais voltavam. Assim como os europeus mantiveram uma demorada obsessão pelo canibalismo africano, também os africanos imaginaram que os europeus faziam o mesmo. Pensava-se que os brancos conservavam a carne dos cativos em sal, transformando os miolos em queijo e o sangue no vinho tinto que bebiam. Além disso, os ossos dos africanos eram queimados, servindo as cinzas para fazer pólvora. Todas essas mortais transformações começavam, ao que se cria, nos enormes e fumegantes caldeirões de cobre dos navios à vela. As mortes a bordo dos navios que partiam da costa do Congo para Oeste, atulhados de escravos, aumentaram ainda mais quando certos escravos começaram a recusar a comida supondo que lhes davam a comer aqueles que tinham partido antes.

Com o decorrer dos anos, surgiram novos mitos para explicar os misteriosos objectos que os forasteiros traziam da terra dos mortos. Um missionário do século XIX registou, por exemplo, uma

explicação africana do que acontecia quando os capitães desciam aos porões dos seus navios para de lá trazer artigos comerciáveis, como os panos. Os africanos supunham que essas coisas não vinham do próprio barco, mas sim de uma abertura que dava para o oceano. Os espíritos marinhos teciam esses panos numa «fábrica oceânica, e o capitão, quando nós precisamos de pano, ... chega junto desse buraco e toca uma sineta». Os espíritos marinhos estendem-lhe o pano e ele «atira-lhes, em paga, alguns cadáveres de negros que comprou a esses malvados negociantes locais que enfeitiçaram o seu povo e o venderam aos homens brancos». Este mito não estava muito longe da realidade. Pois que era, no fim de contas, a escravatura no Sul dos Estados Unidos senão um sistema de transformação dos corpos dos negros em pano por intermédio das plantações de algodão?

O assalto à capital, como muitos outros acontecimentos do Congo, foi despoletado por um achado longínquo. Certo dia, alguns anos antes de William Sheppard embarcar pela primeira vez a caminho da África, um veterinário de majestosa barba branca tentava melhorar o triciclo do filho na sua casa de Belfast, na Irlanda. John Dunlop procurava resolver um problema que durante muitos anos vinha atormentando os ciclistas: como se poderia passear suavemente num veículo sem molas? Dunlop acabou por imaginar um modo prático de chegar à tão longamente desejada solução: um tubo insuflável de borracha. Em 1890, a Companhia Dunlop começou a fabricar pneumáticos — dando início à paixão pelo ciclismo e a uma nova indústria que vinha mesmo a tempo, como depois se verificou — para corresponder ao aparecimento do automóvel.

Os europeus já sabiam da existência da borracha desde que Cristóvão Colombo notara a sua existência nas Índias Ocidentais. Em fins do século XVII, um cientista britânico deu a essa substância o nome que ela conserva em inglês, *rubber*, por ter observado que se podia com ela apagar (*to rub out*) os sinais do lápis. O escocês Charles Macintosh contribuiu com o seu nome para a língua inglesa em 1823, quando imaginou um método de fabrico em massa destinado a fazer o que de havia muito faziam os índios americanos: aplicar borracha aos tecidos para os impermeabilizar. Passados 16 anos, o inventor norte-americano Charles Goodyear entornou acidentalmente um pouco de enxofre sobre uma porção de borracha quente que tinha no fogão e descobriu que a mistura obtida não se tornava rija ao arrefecer nem ficava malcheirosa nem pegajosa quando aquecida — problemas graves até então para quem quisesse fazer botas ou capas de borracha. Mas só em começos da década de 1890, uns cinco anos depois de Dunlop ter montado o tubo pneumático na roda do triciclo de seu filho, é que teve início a grande corrida mundial à borracha. O mundo da indústria mostrou rapidamente um enorme apetite, não só de pneumáticos de borracha mas também de mangueiras, tubos, empanques e artigos semelhantes, bem como de revestimentos isoladores para os fios e cabos dos telégrafos, telefones e redes de distribuição de energia que já iam alastrando no globo. As fábricas acharam-se subitamente incapazes de obter quantidades suficientes dessa mágica mercadoria, cujo preço subiu ao longo de toda a década de 1890. Em parte alguma esta explosão produziu efeitos tão drásticos nas vidas dos povos como na floresta equatorial africana, onde as plantas bravas da borracha se enroscavam como serpentes até aos cimos das árvores que cobriam cerca de metade do Congo do rei Leopoldo.

Para Leopoldo, a popularidade da borracha foi uma dádiva celestial. Endividara-se perigosamente com os seus investimentos no Congo, mas via já que os lucros excederiam em muito o que pudera imaginar. O mundo não tinha perdido o desejo de marfim, mas a borracha natural já de longe o ultrapassava em fins da década de 1890 como principal fonte de rendimentos do Congo. Com a riqueza assegurada, o rei interrogava avidamente os funcionários que voltavam do Congo a fim de espremer-lhes informações sobre as colheitas de borracha; devorava uma ininterrupta torrente de telegramas e relatórios que lhe chegavam daquele território, fazia-lhes marcas nas margens e passava-os aos ajudantes para que estes agissem. As suas cartas desse período estão cheias de

números: preços das mercadorias nos mercados mundiais, taxas de juro dos empréstimos, quantidades de armas a embarcar para o Congo, toneladas de borracha a embarcar para a Europa e as dimensões exactas do arco de triunfo que planeava erguer em Bruxelas com os lucros recentemente obtidos. Ler a correspondência deste rei é como ler as cartas do presidente da administração de uma grande companhia que criou um novo produto muito lucrativo e se apressa a tirar proveito dele antes que os concorrentes possam pôr a funcionar as suas linhas de montagem.

A concorrência que Leopoldo receava era a da borracha cultivada, que não provém de uma trepadeira mas de uma árvore. Mas as árvores da borracha exigem muitos cuidados, e são precisos vários anos para que elas cresçam de tal modo que se possa sangrá-las. O rei exigia vorazmente quantidades cada vez maiores de borracha brava do Congo, pois sabia que o preço desceria assim que as plantações de árvores da borracha da América Latina e da Ásia chegassem à maturidade. Isso aconteceu na realidade, mas nessa altura já o Congo passara — durante cerca de vinte anos — por uma época áurea da borracha. Durante esse período, a procura de borracha não conheceu limites.

Como no caso dos que traziam marfim, os homens que forneciam borracha ao Estado e às companhias privadas do Congo eram remunerados em conformidade com as quantidades fornecidas. Em 1903, certo agente particularmente «produtivo» recebeu uma comissão de oito vezes o seu salário anual. O grosso do dinheiro escoava-se, porém, directamente para Antuérpia e Bruxelas; e, na capital, principalmente para ambos os lados da Rue Bréderode, uma estreita rua que separava as traseiras do palácio real de diversos edifícios que albergavam escritórios do Estado e das operações comerciais do Congo.

Embora o Estado, pessoalmente governado por Leopoldo, recebesse metade dos lucros das companhias concessionárias, o rei obtinha muitíssimo mais dinheiro das terras directamente exploradas pelo Estado. Como, porém, as companhias concessionárias não eram dirigidas de um modo tão secreto, é delas que possuímos melhores estatísticas. Em 1897, por exemplo, uma dessas companhias, a Anglo-Belgian India Rubber and Exploration Company, ou ABIR, gastou 1,35 francos por quilo para recolher borracha no Congo e embarcá-lo para a sede, em Antuérpia — onde a borracha era vendida a preços que chegavam, em certos casos, a atingir 10 francos por quilo, dando uma receita de mais de 700%. Em 1898, o preço da borracha da ABIR era cerca de 30 vezes o de seis anos antes. Entre 1890 e 1904, os ganhos totais do Congo com a borracha aumentaram 96 vezes. Na passagem do século, o *État Indépendant du Congo* tornara-se, de longe, a mais lucrativa colónia da África. Os lucros vinham facilmente porque, excluindo os gastos de transporte, a recolha da borracha brava não exigia cultivo nem fertilizantes nem investimento de capital em dispendiosas aparelhagens. Exigia apenas mão-de-obra.

Onde se encontraria essa mão-de-obra? Para os governantes do Congo, isso criava um problema. Não podiam arrebanhar simplesmente os homens, acorrentá-los uns aos outros e mandá-los trabalhar sob as vistas de um capataz de chicote em punho, como faziam no caso dos carregadores. Os colhedores de borracha brava tinham de dispensar-se amplamente no interior da floresta tropical e de trepar, com frequência, às árvores.

A borracha é seiva coagulada; o seu nome francês, *caoutchouc*, vem de uma palavra de uma língua sul-americana que significa «a madeira que chora». A madeira que chorava no Congo era uma comprida trepadeira esponjosa do género *Landolphia*. Uma dessas plantas, com cerca de 30 centímetros na base, podia trepar, enroscada numa árvore, até 30 metros de altura, ou mais, em busca da luz directa do sol. Aí, dividindo-se em ramadas, poderia serpentear pelos cimos de mais meia dúzia de árvores ao longo de várias dezenas de metros. Para recolher a borracha, era preciso sangrar a planta com uma faca e prender-lhe um balde ou uma tigela de barro a fim de aparar o lento gotejar de uma seiva espessa e leitosa. Para sangrar a trepadeira, podia-se fazer uma pequena incisão ou — o que era oficialmente proibido, mas amplamente praticado — cortá-la por completo, obtendo mais borracha mas matando a planta. Logo que as trepadeiras próximas de uma aldeia ficavam totalmente

esgotadas, os trabalhadores tinham de penetrar sempre e sempre mais na floresta, e não era preciso muito tempo para que tivessem já de caminhar durante dois ou três dias, pelo menos, até chegar às plantas ainda intactas. À medida que estas iam ficando sangradas a seco na parte que se podia alcançar do chão, os trabalhadores trepavam pelas árvores a fim de chegar à seiva. «Nós... passámos no caminho por um homem que fracturara a coluna vertebral ao cair de uma árvore quando... sangrava umas trepadeiras», escreveu um missionário. Além disso, as fortes chuvadas tropicais, que duravam a maior parte do ano, transformavam em pântanos grandes áreas de floresta onde cresciam essas plantas.

Nenhuns pagamentos — na forma de quinquilharias ou de varinhas de latão — eram suficientes para conseguir que os homens ficassem embrenhados na floresta durante dias a fio, ocupados num trabalho tão árduo e fisicamente tão doloroso. O colhedor de borracha tinha de fazer secar e coagular a matéria xaroposa, e o único meio de consegui-lo era, em muitos casos, espalhá-la nos braços, nas coxas e no peito. «Das primeiras vezes, não é sem dor que o homem a arranca das zonas peludas do corpo», confiava em 1892 ao seu diário Louis Chaltin, oficial da Force Publique. «O nativo não gosta de fazer borracha. Tem de ser obrigado.»

E como eram eles obrigados? Pouco a pouco, abriu caminho até à Europa um regato de notícias e boatos. «Um exemplo do que se faz foi-me contado no alto [rio] Ubangui», relatava em 1899 o vice-cônsul britânico. «O método desse oficial... consistia em chegar em pirogas a uma aldeia, cujos habitantes invariavelmente se aferrolhavam; os soldados desembarcavam e iniciavam a pilhagem, retirando das casas todas as galinhas, todo o cereal, etc.; em seguida, atacavam os nativos para lhes prender as mulheres; estas mulheres eram mantidas como reféns enquanto o chefe da zona lhes não trouxesse o número de quilos de borracha exigido. Trazida a borracha, as mulheres eram vendidas aos seus possuidores por duas cabras cada uma, e ele continuava assim de aldeia em aldeia até ter reunido a quantidade de borracha desejada.»

Umhas vezes, os reféns eram as mulheres; outras, eram as crianças; e outras, ainda, eram os anciãos ou os chefes. Todos os postos do Estado ou das companhias privadas tinham a sua estacada para reféns. Um aldeão que resistisse à ordem de reunir borracha poderia ver morta a sua esposa. Ela, de resto, podia morrer de outro modo, visto que nessas estacadas a comida era escassa e as condições de vida muito duras. «As mulheres apanhadas na última incursão a Engwetra não me estão a causar poucos problemas», escrevia no seu diário, a 22 de Novembro de 1895, Georges Bricusse, oficial da Force Publique. «Todos os soldados querem uma. As sentinelas destinadas a guardá-las desacorrentam as mais bonitas e violam-nas.»

É claro que Leopoldo nunca proclamou como sua política oficial a retenção de reféns; se alguém formulasse essa acusação, as autoridades de Bruxelas negá-la-iam indignadamente. Mas lá no mato, longe de olhares curiosos, essa pretensão era posta de lado. As instruções sobre a tomada de reféns eram, mesmo, dadas num livro de instruções semi-oficial, o revelador *Manuel du Voyageur et du Résident au Congo*, do qual a administração dava um exemplar a cada agente e a cada posto do Estado. Os cinco volumes deste manual cobrem tudo, desde o modo de manter obedientes os criados até ao modo correcto de disparar salvas de artilharia. A tomada de reféns era mais um desses temas de rotina:

«Em África, capturar prisioneiros é... uma coisa muito fácil, visto que, se os nativos se esconderem, não irão para muito longe da sua aldeia e terão de vir procurar comida às hortas que a rodeiam. Vigiando-as cuidadosamente, pode-se estar certo de apanhar gente ao cabo de pouco tempo... Quando se acha ter já os cativos suficientes, deve-se escolher entre eles uma pessoa idosa, de preferência uma mulher. Manda-se essa mulher ao chefe, com um presente, a fim de iniciar as conversações. O chefe, desejoso de ver libertada a sua gente, decidirá, habitualmente, enviar representantes.»

Raramente a história nos oferece uma oportunidade de ver tão minuciosas instruções dadas por quem mantém um regime de terror. As sugestões para a tomada de reféns encontram-se no volume deste manual intitulado *Questões Práticas*, compilado por uma comissão editorial de cerca de trinta pessoas. Um dos seus membros — que trabalhou na elaboração do livro durante um período de dois anos depois da sua comissão de serviço como colecionador de cabeças e chefe do posto das Quedas de Stanley — fora Léon Rom.

O Congo distinguia-se da maior parte dos outros regimes de trabalho forçado pela retenção de reféns; noutros aspectos, era, porém, muito parecido com eles. Como algumas dezenas de anos depois aconteceria no caso do *gulag* soviético — outro sistema de trabalho escravo para extracção de matérias-primas —, o Congo funcionava por quotas. Na Sibéria, as quotas exprimiam-se em metros cúbicos de madeira cortada, ou em toneladas de ouro extraído das minas, pelos presos, em cada dia; no Congo, exprimiam-se em quilos de borracha. Por exemplo, no rico território da concessão da ABIR, logo a jusante da grande curva semicircular do rio Congo, a quota normal de cada aldeia era de três ou quatro quilos de borracha exsicada por varão adulto em cada quinzena — o que obrigava esses homens a trabalhar em horário permanente. Noutros locais, as quotas eram ainda maiores, e poderiam ser aumentadas mais tarde. Um funcionário colocado na bacia do rio Mongala, no extremo norte, confiada a outra companhia concessionária — a Société Anversoise du Commerce au Congo —, calculava que, para obter a sua quota, os colhedores de borracha tinham de passar vinte e quatro dias por mês na floresta, onde dormiam numas toscas jaulas que construía a fim de proteger-se — e nem sempre com êxito — dos leopardos.

Na ânsia de chegar às sumidades da trepadeira e de extrair-lhe a borracha até à última gota, alguns deles deitavam abaixo toda a planta, cortavam-na em troços e espremiam a seiva. Embora tivesse emitido ordens estritas contra essa prática, que matava as plantas, o Estado do Congo também aplicava o chicote aos que lhe não entregavam a quantidade de borracha exigida. O chicote prevalecia. Uma testemunha viu africanos que tinham de arrancar as raízes a fim de conseguir borracha suficiente para completar as suas quotas.

Todo o sistema estava militarizado. As guarnições da Force Publique, espalhadas por toda a parte, auxiliavam frequentemente as companhias concessionárias com o seu poder de fogo. Além disso, as companhias tinham milícias privativas, eufemisticamente chamadas «sentinelas». Em matéria militar, como em praticamente tudo o mais, essas companhias funcionavam como extensões do Estado do Congo; quando era preciso tomar reféns ou subjugar uma aldeia rebelde, as «sentinelas» da companhia e os soldados da Force Publique partiam, com frequência, juntos para o campo de acção.

Onde quer que houvesse plantas da borracha, a população era vigiada de perto. Quem quisesse deslocar-se a outra aldeia para visitar um amigo ou um parente devia, usualmente, pedir autorização ao agente do Estado ou da companhia concessionária. Em certas zonas, para que os agentes das companhias pudessem verificar o cumprimento das quotas, os nativos deviam trazer ao pescoço um cordão com uma ficha metálica numerada. Foram arrebanhadas para este exército de mão-de-obra grandes multidões de africanos: em 1906, só os livros da ABIR, responsável por uma pequena fracção da produção de borracha do Estado do Congo, registavam 47 000 colhedores de borracha.

Colunas de homens exaustos percorriam, por vezes, quarenta quilómetros ao longo das margens dos rios, com cestos cheios de borracha grumosa e acinzentada à cabeça, para reunir-se nas proximidades das casas dos agentes europeus que presidiam, sentados nas suas varandas, à pesagem dos carregamentos. Um missionário contou, em certo local de reunião, 400 desses homens com os seus cestos. Uma vez recebida, a seiva era moldada em toscas placas do tamanho de uma maleta de

mão, posta a secar ao sol e finalmente embarcada em jangadas ou barcaças que um vapor rebocava para a descida do rio — a primeira fase da sua longa viagem até à Europa.

Em geral, o Estado e as companhias pagavam a borracha aos aldeãos com um pedaço de pano, contas, umas colheradas de sal ou uma faca. Tudo isso custava uma ninharia, e as facas eram instrumentos essenciais para reunir mais borracha. Numa ocasião, pelo menos, um chefe que obrigava a sua gente a recolher borracha foi pago com seres humanos. Uma contenda jurídica entre dois funcionários brancos das proximidades das Quedas de Stanley proporcionou em 1901 o registo do seguinte diálogo. A testemunha interrogada era Liamba, chefe de uma aldeia chamada Malinda:

- «— O Sr. Hottiaux [funcionário de uma companhia] deu-te alguma vez mulheres ou crianças vivas?
— Sim, deu-me seis mulheres e dois homens.
— Para quê?
— Para pagar a borracha que eu lhe levei ao posto, e disse-me que eu podia comê-los, matá-los ou usá-los como escravos, conforme me apetecesse.»

Como a floresta tropical em volta do rio Kasai tinha muita borracha, William Sheppard e os outros presbiterianos norte-americanos acharam-se ali em pleno cataclismo. O Kasai foi também o cenário de parte da mais forte resistência ao governo de Leopoldo. Os homens armados de um chefe que se aliara ao regime devastavam toda a região na qual Sheppard trabalhava, saqueando e queimando mais de uma dúzia de aldeias. Torrentes de refugiados em desespero procuravam auxílio no posto missionário de Sheppard.

Em 1899, Sheppard cumpriu, relutante, as ordens dos seus superiores para penetrar no mato — com algum risco para si próprio — a fim de investigar a origem da luta. Encontrou terras empapadas em sangue, aldeias destruídas e muitos cadáveres; o fedor da carne em putrefacção empestava os ares. No dia em que chegou ao acampamento dos saqueadores, o seu olhar foi atraído por um grande número de objectos que estavam a ser fumados. O chefe «conduziu-nos junto de uma armação de paus sob a qual ardia um lume brando, e lá estavam elas, as mãos direitas; contei-as, eram 81 ao todo». O chefe disse a Sheppard: «Ora veja! São estas as nossas provas. Eu tenho sempre de cortar as mãos direitas dos que matamos, para mostrar ao Estado quantos foram». E mostrou, muito vaidoso, a Sheppard alguns dos cadáveres a que haviam sido cortadas aquelas mãos. Naquele clima quente e húmido, o fumeiro servia para conservar as mãos — visto que poderiam passar dias, e até semanas, antes que o chefe pudesse apresentá-las ao funcionário competente e receber a sua paga por elas.

Sheppard topara com um dos mais horrorosos aspectos do sistema criado por Leopoldo para o seu negócio da borracha. Como os próprios altos funcionários depois confessariam, o decepamento das mãos era — como a retenção de reféns — uma política deliberada. «Na minha passagem pelo Congo, fui o primeiro comissário do distrito equatorial», recordou Charles Lemaire depois de aposentar-se. «Logo que surgiu o assunto da borracha, escrevi ao governo: “Para recolher borracha neste distrito... é preciso cortar mãos, narizes e orelhas.”»

Quando uma aldeia recusava submeter-se ao regime da borracha, as tropas do Estado, das companhias ou dos seus aliados disparavam, por vezes, sobre quem quer que avistassem — para que as aldeias próximas compreendessem bem o aviso. Nessas ocasiões, contudo, certos oficiais europeus mostravam-se desconfiados. Por cada cartucho que entregavam aos seus soldados, exigiam-lhes uma prova de a bala ter sido usada para matar alguém, e não «desperdiçada» na caça ou, pior ainda, guardada para possível uso numa sublevação. A prova normal era a mão direita de um cadáver. De vez em quando, porém, não era de um cadáver. «Por vezes», disse um oficial a um

missionário, «os soldados usam o cartucho para caçar um animal e depois cortam a mão direita a um homem vivo». Em certas unidades militares havia, até, um «guarda das mãos», encarregado do fumeiro.

Sheppard não foi a primeira testemunha estrangeira que viu mãos decepadas no Congo, nem seria a última. Mas os artigos que escreveu para revistas missionárias acerca do seu horroroso achado foram amplamente reimpressos e mencionados, tanto na Europa como nos Estados Unidos. Foi, em parte, por obra dele que, noutros continentes, as pessoas começaram a relacionar o Congo com as mãos cortadas. Meia dúzia de anos depois do inequívoco achado de Sheppard, ao criticar as dispendiosas obras públicas realizadas por Leopoldo com os lucros do Congo, o dirigente socialista Émile Vandervelde falou no parlamento de Bruxelas de uns «arcos monumentais que um dia se chamarão Arcos das Mãos Cortadas». O desassombro com que William Sheppard denunciou este caso acabaria por desencadear sobre ele a ira das autoridades, e Vandervelde, que era advogado, achou-se, um dia, a defender Sheppard num tribunal do Congo. Isto, porém, é antecipar a nossa história.

O terror da borracha, disseminado por toda a floresta tropical, marcou o povo com recordações que se mantiveram vivas para sempre. Passado meio século, um sacerdote católico que registava tradições orais citava um homem chamado Tswambe que lhe falara de um funcionário estatal especialmente odiado, chamado Léon Fièvez, que espalhava o terror numa região do rio situada cerca de 500 quilómetros a norte do lago Stanley:

«Todos os negros viam nesse homem o Diabo do Equador... Tinham de ser cortadas as mãos a todos os que eram mortos nos campos. Ele queria ver quantas mãos cortara cada soldado, que tinha de levar-lhas em cestos... Uma aldeia que se recusasse a fornecer borracha era completamente varrida. Em rapaz, vi Molili, o soldado [de Fièvez] que então guardava a aldeia de Boyeka, pegar numa grande rede, meter nela dez presos, atar-lhe umas grandes pedras e fazê-la resvalar para o rio... A borracha causava esses tormentos; é por isso que já não queremos ouvir pronunciar o seu nome. Os soldados obrigavam os jovens a matar ou violar as suas próprias mães e irmãs.»

Um oficial da Force Publique que passou pelo posto de Fièvez em 1894 cita a descrição, pelo próprio Fièvez, daquilo que fazia quando as aldeias das cercanias não abasteciam as suas tropas com o peixe e a mandioca que lhes exigia: «Fazia-lhes guerra. Um exemplo bastava: cem cabeças cortadas, e passava logo a haver fartura de mantimentos no posto. O meu objectivo é, no fim de contas, humanitário. Matava cem pessoas... mas isso permitia que vivessem quinhentas.»

Com regras de governo local tão «humanitárias» que incluíam o decepamento de mãos e cabeças, os sádicos como Fièvez tinham amplas oportunidades de exercício. O chefe do posto de M'Bima abria buracos nos lobos das orelhas dos africanos a tiro de revólver. Raoul de Premorel, um agente que actuava ao longo do rio Kasai, divertia-se imenso dando grandes doses de óleo de rícino aos infelizes que considerasse doentes fingidos. Quando os aldeãos, desesperados para cumprir a sua quota, lhe levavam borracha misturada com terra ou seixos, o agente Albéric Detiège obrigava-os a comê-la. Certa vez, como dois carregadores não tivessem usado a latrina que lhes fora designada, o comissário distrital Jean Verdussen mandou que fossem passeados, de cara esfregada com excrementos, em frente das tropas formadas.

À medida que alastravam por todo o Congo as notícias sobre os soldados do homem branco e os seus cestos cheios de mãos decepadas, ganhava crédito entre os africanos um mito que era uma curiosa inversão da obsessão dos brancos a respeito do canibalismo dos negros. Dizia-se que as latas de *corned beef* vistas nas casas dos brancos não continham a carne dos animais representados nos rótulos mas sim a carne picada de mãos humanas.

O grande esquecimento

Uma das mais irreais experiências que se ofereciam ao visitante da antiga União Soviética consistia em percorrer as vastas galerias do Museu da Revolução, instalado na Rua Gorky, em Moscovo. Podia ali contemplar centenas de fotografias e de quadros que mostravam os revolucionários, de gorro de peles, atrás de barricadas cobertas de neve, um sem-número de espingardas, metralhadoras, pendões e bandeiras e ainda uma vasta colecção de outras relíquias e documentos, mas não encontrava qualquer indício sobre a morte de cerca de vinte milhões de cidadãos soviéticos executados em caves, vencidos por fomes de origem humana ou tombados no *gulag*.

Esse museu de Moscovo está hoje mudado de uma maneira que os seus criadores nunca poderiam ter imaginado. No outro extremo da Europa há, contudo, um museu que não sofreu a mínima modificação. Para vê-lo, pode-se partir do complexo de edifícios que albergam a sede da União Europeia, em Bruxelas, para chegar, depois de um breve trajecto a pé, ao começo da carreira número 44 de carros eléctricos. O veículo conduz o passageiro à antiga vila ducal de Tervuren através das agradáveis sombras da Forêt de Soignes, nos arredores da cidade. Santo Huberto, o patrono dos caçadores, que ali viveu no século VIII, perseguiu a caça naqueles bosques. Hoje, num enorme palácio de estilo Luís XV grandiosamente debruçado sobre um parque, mandado construir pelo rei Leopoldo II, está ali instalado o Museu Real da África Central. Nos seus dias normais, fervilham nele centenas de visitantes — de crianças das escolas, que preenchem espaços em branco nos seus cadernos de exercícios, a turistas idosos que chegam em autocarros com ar condicionado.

Este museu alberga uma das maiores colecções africanas do mundo. É preciso um dia inteiro para ver tudo, do chapéu de Stanley à bengala de Leopoldo, das algemas dos escravos a uma piroga escavada num tronco de árvore, e tão grande que cabem nela cem homens. Uma das galerias, cheia de armas e de uniformes, celebra as «campanhas antiescravatura» da década de 1890 — contra os traficantes «árabes», claro está. Uma placa exhibe a lista de várias dúzias de oficiais da Force Publique que «repousam em terra africana». Outras placas desse «salão memorial» ostentam os nomes de centenas de pioneiros brancos que morreram também no Congo. Outra galeria conserva animais empalhados: elefantes, chimpanzés e gorilas. Num monitor de vídeo, corre continuamente um velho filme a preto e branco que nos mostra as danças de máscaras dos Pende, o rei dos Kuba na sua corte, os ritos funerários dos Ntomba... uma África inteiramente composta de costumes exóticos e ritmos de tantãs. Em toda a parte vemos objectos das muitas culturas do Congo, resguardados em caixas de vidro: lanças, frechas, cachimbos, máscaras, vasos, cestos, remos, ceptros, armadilhas para peixes, instrumentos musicais.

Uma exposição temporária mostra um notável tipo de escultura da parte inferior do rio Congo: estátuas de madeira com um metro de altura, cada uma delas com o peito e o pescoço cobertos de centenas de pregos, espinhos e umas lâminas delgadas semelhantes a lâminas de barbear, e com o aspecto de um anão eriçado e torturado. Um letreiro explica: cada uma dessas estátuas é um *nkondi*, um feitiço contra as bruxas e outros seres malfazejos, e cada prego ou lâmina representa uma praga lançada ou um pedido de retaliação contra uma injustiça. Mas não há qualquer sinal de outra injustiça maior no Congo. De facto, em nenhuma das vinte grandes galerias de exposição deste museu existe a mínima menção à morte de milhões de congos por motivos alheios à natureza.

Não há em qualquer local de Bruxelas o mínimo indício dessas mortes. A Rue Bréderode, onde noutros tempos tiveram as suas sedes a administração do Estado do Congo e as mais importantes companhias concessionárias, passa ainda pelas traseiras do palácio real, mas no local onde Joseph Conrad foi recebido em entrevista para obter o seu emprego encontra-se actualmente uma repartição de cobrança de impostos. Noutro lado do palácio, uma estátua equestre de Leopoldo, maior que o natural, lança o seu olhar metálico sobre uma passagem inferior da via rápida. E, no entanto, o

sangue derramado no Congo, a terra roubada, as mãos decepadas, as famílias dispersas e as crianças órfãs estão na base de muitas dessas coisas que atraem os nossos olhos. O próprio palácio real, com os seus ornatos e as suas colunas, foi renovado e adquiriu o seu actual esplendor à custa de lucros obtidos no Congo — como também o foram o palácio de Laeken, residência da família real, mais grandiosamente situado, com a sua cúpula, e a sua espantosa série de estufas, com cerca de 2,5 hectares de vidro. Todos os anos, pela Primavera, as estufas são abertas ao público por breve período, e milhares de visitantes passam então por um busto de Leopoldo enfeitado com camélias e azáleas. Em Laeken está também a Torre Japonesa, de cinco pisos — uma raridade arquitectónica que Leopoldo viu numa feira mundial em Paris e que, tendo-lhe caído no goto, ele comprou com o dinheiro que lhe vinha do Congo. Dominando parte da vista da cidade, está a maior de todas essas extravagâncias financiadas à custa do Congo, o enorme Arco do Cinquentenário, coberto de estatuária heróica: uma empolada combinação do Arco de Triunfo parisiense com a Porta de Brandenburg berlinense e à qual foram adicionadas umas alas em arco. O maciço volume de pedra e cimento deste arco traz-nos à mente a descrição, feita por Conrad, da capital europeia de *O Coração das Trevas* — cujo nome ele não diz mas à qual chama «a cidade sepulcral». Dos milhões de africanos cujas labutas pagaram tudo isso e os lançaram para covas rasas sem letreiro, não há, porém, qualquer sinal.

Bruxelas não é um caso isolado. Não há em Berlim nenhum museu ou monumento aos hererós chacinados, como nem em Paris ou em Lisboa existem vestígios visíveis do terror da borracha que golpeou pelo meio as populações de certas partes da África francesa e portuguesa. No Sul dos Estados Unidos, por cada vestígio que, de um ou outro modo, acusa a existência da escravatura há centenas de monumentos às batalhas da Guerra Civil e de casas senhoriais, muito bem conservadas, de donos de plantações. No entanto, o mundo em que vivemos — com as suas divisões e os seus conflitos, com o fosso cada vez mais largo que separa os ricos dos pobres e com os seus surtos de violência, aparentemente inexplicáveis — está muitíssimo menos modelado segundo aquilo que celebramos e mitificamos que pelos dolorosos acontecimentos que procuramos esquecer. O Congo de Leopoldo é apenas um desses silêncios da história.

O Congo apresenta-nos um impressionante exemplo da política do esquecimento. Quer Leopoldo quer os funcionários coloniais belgas que se lhe seguiram tomaram medidas extraordinárias para tentar eliminar dos registos históricos quaisquer provas potencialmente incriminatórias. Em certo dia de Agosto de 1908 — pouco depois da entrega oficial da colónia à Bélgica —, Gustave Stinglhamber, o jovem ajudante militar do rei, saiu do palácio real para falar a um amigo ali ao lado, nos escritórios do Estado do Congo. O dia de Verão parecia particularmente quente, e os dois homens aproximaram-se de uma janela para conversar. Stinglhamber sentou-se num radiador, mas deu imediatamente um salto: o radiador queimava. Chamaram o guarda para uma explicação, e o homem respondeu: «Queiram desculpar: é que estão a queimar os arquivos do Estado.» As fornalhas estiveram acesas durante oito dias, transformando a maior parte dos arquivos do Estado do Congo em cinzas e fumos que subiram para o céu de Bruxelas. «Eu dou-lhes o meu Congo», disse Leopoldo a Stinglhamber, «mas eles não têm o direito de saber o que eu lá fiz.»

Ao mesmo tempo que em Bruxelas rugiam as fornalhas, seguia do palácio para o Congo a ordem de destruição dos registos ali existentes. O coronel Maximilien Strauch, antigo *consigliere* do rei sobre assuntos do Congo, disse mais tarde: «As vozes que, na ausência dos arquivos destruídos, poderiam falar em lugar deles foram sistematicamente condenadas ao silêncio por considerações de uma ordem mais elevada». Raramente um regime totalitário chegou ao extremo de destruir tão completamente os vestígios da sua acção. De certo modo, Hitler e Stálin deixaram atrás de si muito maior rasto de papel acerca da sua demanda de «uma ordem mais elevada».

Nas mentes dos homens que haviam preenchido os quadros do regime instalou-se o mesmo género de deliberado esquecimento. Esquecer ter participado em assassínios de massas não tem nada

de passivo, é um gesto activo. Olhando as memórias deixadas pelos primeiros conquistadores brancos da África, podemos, por vezes, captar o acto de esquecimento no próprio momento em que ele acontece. Não é um momento de apagamento, mas de viragem das coisas de pés para cima e cabeça para baixo: a estranha inversão do vitimador que se converte mentalmente em vítima. Consideremos, por exemplo, um trecho das memórias de Raoul de Premorel, que chefiou postos de recolha de borracha na região do Kasai, no Congo, entre 1896 e 1901. Eis a sua descrição de como tratou o homem que acusava de ter sido o principal instigador de um motim:

«Duas sentinelas arrastaram-no, à minha ordem, para a frente do armazém, amarraram-lhe os pulsos com uma corda e, encostando-o a um poste, de pé e com os braços erguidos bem acima da cabeça, passaram a corda em volta de uma trave mestra. Mandeí então levantá-lo, esticando a corda até que os seus pés apenas tocassem o chão... Assim deixei ficar o desgraçado. Esteve ali pendurado toda a noite, umas vezes rogando piedade e outras numa espécie de desmaio. Durante toda a noite a sua fiel esposa fez o que pôde para lhe aliviar o sofrimento. Trouxe-lhe de beber e de comer, esfregou-lhe as pernas doridas... Por fim, quando veio a manhã e os meus homens cortaram a corda para descê-lo, tombou inconsciente no chão, como um fardo. “Levem-no daqui”, ordenei... Se ficou vivo ou não, não sei... Agora, penso às vezes, em sonhos, que sou esse desgraçado e que anda meia centena de diabos negros a dançar... à minha volta. Acordo num grande sobressalto e dou comigo coberto de suores frios. Por vezes, penso que sou eu quem mais tem sofrido nos anos que já passaram depois dessa noite.»

Por vezes, penso que sou eu quem mais tem sofrido... Ao longo de toda a história têm sido usadas desculpas semelhantes a esta por quem sente as mãos sujas de sangue. Mas o processo de esquecimento das matanças do Congo leopoldino recebeu um inesperado reforço quando a própria Bélgica passou a ser vista como vítima em vez de conquistadora. O mundo ficou escandalizado em Agosto de 1914 com a invasão alemã, não provocada, da Bélgica neutral e com a morte de muitos civis belgas às mãos dos alemães nas primeiras semanas da guerra.

Durante os quatro anos seguintes, primeiro o governo britânico e depois o norte-americano serviram-se dos sofrimentos da «valente pequena Bélgica» para atizar a febre da guerra nos países que não haviam sido atacados. Histórias dos jornais, caricaturas, cartazes e discursos patrióticos denunciavam em termos lúgubres as violações em massa de mulheres belgas por militares alemães. Os alemães — dizia-se — crucificavam criancinhas de peito belgas nas portas das casas. E a imprensa dos países aliados contava — num impressionante eco inconsciente da imaginária do movimento pela reforma do Congo — que os militares alemães decepavam mãos e pés de crianças belgas. Um escritor belga exilado chegou, até, a escrever uns versos a este respeito.

Esses chocantes relatos de mãos e pés decepados corriam tão amplamente que um norte-americano rico quis adoptar crianças belgas estropiadas; mas, mesmo oferecendo alvissaras, nenhuma conseguiu encontrar. As acusações de violações em massa, de mutilações e de crucifixões revelaram-se, afinal, falsas. Quer durante a guerra quer depois dela, ninguém nos países aliados quis, porém, que lhe recordassem que eram os homens do rei dos belgas quem — apenas dez ou vinte anos antes — cortava mãos em África. E, deste modo, toda a história da dominação de Leopoldo no Congo e do movimento que se lhe opôs se evaporou da memória da Europa talvez ainda mais rápida e completamente que as outras matanças em grande escala ocorridas na colonização da África.

Jules Marchal e sua esposa vivem numa modesta casa de formas irregulares, com um pequeno cerejal anexo, na pacata aldeia de Hoepertingen, a uma hora de comboio a leste de Bruxelas. Uma vez por ano, passam algumas semanas empoleirados em escadas, com cestos em que recolhem as

cerejas que depois vendem por intermédio da cooperativa agrícola local. Marchal nasceu ali e corresponde hoje muito bem, com 73 anos, à figura do habitante idoso: um dente de ouro, suspensórios, rosto corado e afável, cabelo branco. O bigode branco dá-lhe uma ligeira semelhança com o Stanley que vemos nos retratos dos últimos anos do explorador. Mas a semelhança fica por aí.

Marchal é um diplomata aposentado. No começo da década de 1970, foi embaixador belga em três países da África Ocidental: o Gana, a Libéria e a Serra Leoa. Certo dia, deparou-se-lhe num jornal liberiano uma referência de raspão a dez milhões de mortes no Congo do rei Leopoldo.

«Fiquei estupefacto», diz Marchal. «Escrevi para Bruxelas, ao ministro dos Estrangeiros: “Tenho de escrever uma carta ao director para corrigir essa menção a tão estranha carnificina no nosso país. Mas não conheço a história desse período. Não faria o favor de me enviar algumas informações?”»

«Fiquei à espera, mas nunca recebi resposta. E foi então que começou a minha curiosidade.»

Marchal é um homem cuidadoso e metódico, o género de pessoa que gosta de ler os livros na língua original, de procurar a fonte de uma informação e de obter a história nos documentos originais, não em resumos feitos por outras pessoas. Já com o interesse desperto, leu sobre a história dos primeiros tempos do Congo o bastante para descobrir que, dada a fogueira de Leopoldo, acesa durante toda uma semana, talvez não fosse muito fácil encontrar documentos oficiais. Certos papéis de grande importância tinham escapado, no entanto, em 1908 à fornalha, e entre eles estavam as transcrições — nunca publicadas — dos depoimentos de testemunhas africanas à Comissão de Inquérito de 1904-1905. Marchal descobriu que essa importante colecção de documentos fora parar, muito convenientemente para si, aos arquivos do ministério belga dos Negócios Estrangeiros, a sua entidade patronal, e aguardou uma oportunidade de examiná-los.

Marchal esteve depois colocado noutra lugar de África, «mas o Congo não me saía da cabeça. Havia naquilo qualquer coisa de podre. Soube que tinha havido aquela enorme campanha na imprensa internacional, de 1900 a 1910; tinham morrido milhões de pessoas, mas nós, os belgas, não sabíamos absolutamente nada a esse respeito. E assim, quando em 1975 cheguei a Bruxelas para ocupar um lugar no ministério dos Negócios Estrangeiros, a primeira coisa que fiz foi ir aos arquivos do ministério e pedir para ver os testemunhos prestados perante a Comissão de Inquérito».

«Impossível», disseram-lhe. Os documentos que continham esses testemunhos estavam carimbados: *Ne pas à communiquer aux chercheurs* — acesso vedado a investigadores. Marchal protestou, dizendo que haviam passado setenta anos sobre a entrega do relatório pela Comissão de Inquérito e que era embaixador. Não importava: não o deixaram ver os documentos.

«Havia nos arquivos do ministério dos Estrangeiros um regulamento que proibia apresentar aos investigadores quaisquer materiais que pudessem prejudicar a reputação da Bélgica. Mas *tudo* sobre esse período era prejudicial para a reputação da Bélgica! Por isso me não mostraram nada.» Marchal, já obcecado pelo assunto, prestou mais quinze anos de serviço no ministério dos Estrangeiros antes de se aposentar. Foi de novo embaixador em África e ocupou vários lugares de gabinete em Bruxelas. Dedicava todo o seu tempo livre a investigar e a escrever sobre o Congo de Leopoldo. Depois de aposentado, em 1989, passou a trabalhar a tempo inteiro nesse seu projecto. Com a invulgar habilidade que quarenta anos na função pública lhe tinham dado para localizar informes reveladores em documentação oficial, visitou todos os arquivos da Europa e dos Estados Unidos que possuíam materiais sobre aquele período, descobriu na Bélgica colecções de documentos particulares que o fogo de Leopoldo não pudera alcançar e descobriu, ainda, que o material mais revelador se encontrava, frequentemente, em cartas e relatos de jovens funcionários coloniais de segundo plano, idealistas recém-chegados ao Congo que se sentiam chocados ao ver que as realidades africanas não correspondiam à nobre retórica ouvida na Europa. Estudou os arquivos de sociedades missionárias e de companhias que haviam actuado em África. Foi à Irlanda para ver os documentos de Casement e visitou a praia onde, na sua fatal e derradeira missão, ele desembarcara.

Enquanto ainda diplomata belga, Marchal escrevia sob o pseudónimo de Delathuy — o apelido de solteira de sua bisavó. «Uma mulher notável. Mas fora riscada da história da família porque tivera um filho fora do matrimónio. O seu nome nunca era mencionado, era tabu, como a história dos milhões de mortos.» Marchal escreveu a história do Congo leopoldino no seu flamengo natal e reviu-a e traduziu-a depois para uma edição francesa em quatro volumes. Embora praticamente desconhecidos na Bélgica, os seus livros são o decisivo estudo erudito do assunto: uma narração magistral e escrupulosamente documentada, sem igual em qualquer língua. Talvez nunca tivesse sido escrita se ele não lesse aquele artigo num jornal liberiano.

Ao descrever o seu trabalho, Marchal parece possesso. Sobe-lhe a voz, gesticula, tira livros e artigos das prateleiras, rebusca as gavetas à procura de fotografias. Essas fotografias são de todas as casas de Inglaterra em que E. D. Morel morou. «Morel tem sido tratado na Bélgica como um traidor, um mau homem. Quero pô-lo de novo no seu justo lugar.»

Marchal sentia-se perturbado por ter representado o seu país durante tantos anos sem nada saber desse pedaço do passado, e ainda mais se irritava por não lhe ser concedido acesso aos arquivos do seu próprio ministério. A certa altura, um funcionário superior disse-lhe: «Pode ver os arquivos, mas só se prometer que não escreve nada baseado neles.» Marchal recusou o compromisso. Só ao cabo de oito anos de insistências é que os funcionários do ministério lhe permitiram ver os testemunhos prestados à Comissão de Inquérito, dos quais publicou em livro uma colecção anotada.

A angústia causada a Marchal pelo que soubera tinha ainda outro motivo. Antes de entrar para o serviço diplomático belga, com pouco mais de 40 anos, Marchal trabalhara durante cerca de vinte anos no Congo — nos últimos anos da colónia belga e no primeiro da independência do país —, tendo começado como jovem assistente de administrador de distrito do regime colonial. Anos depois, ao tomar conhecimento da história da viragem do século, Marchal e sua esposa, Paula, pesquisaram cuidadosamente as suas recordações para ver se descobriam alguma deixa, alguma coisa que alguém tivesse dito e que pudesse ser compreendida a uma nova luz. E Marchal lembrou-se de um episódio desse género:

«Quando cheguei ao Congo em 1948, a primeira missão que me confiaram foi a de ir distribuir medalhas aos chefes de aldeia que haviam recolhido borracha para o governo durante a Segunda Guerra Mundial. Como sabe, nessa ocasião eles obrigaram toda a gente a voltar à floresta para sangrar as trepadeiras. Tive de entregar condecorações a uns cem chefes de aldeia. A todas elas ia acompanhado por um cabo e seis ou sete soldados, e o cabo disse-me assim: “A borracha, *desta vez*, não foi nada. A primeira vez, *essa* é que foi terrível.” Só passados trinta anos pude compreender de que estava ele a falar.»

Em toda a África, os livros escolares eram escritos pelos colonizadores; juntamente com a proibição de certos livros e com a censura da imprensa, amplamente praticadas, isso concretizava o acto de esquecimento nos registos escritos. No Congo, durante o meio século de governação belga que se seguiu à morte de Leopoldo, os livros escolares para africanos louvavam Leopoldo e as suas obras tão profusamente como os livros escolares soviéticos elogiavam Lênin. Por exemplo: um texto de 1959 destinado aos jovens soldados congos que estudavam para suboficiais da Force Publique explicava que a história «revela como os belgas, pelos seus actos de heroísmo, conseguiram criar este imenso território». Dando combate aos traficantes «árabes» de escravos, «em três anos de sacrifícios, perseverança e firme resistência, completaram brilhantemente a campanha mais humanitária do século ao libertar os dizimados e explorados povos desta região da África». Quanto aos críticos, não nomeados, «As críticas produzidas no decurso de campanhas difamatórias movidas por estrangeiros invejosos... vieram a revelar-se insignificantes.»

Este esquecimento oficialmente decretado não podia, é claro, atingir por completo as aldeias, onde persiste alguma tradição oral acerca do terror da borracha. Mas até essa memória colectiva está hoje mais debilitada que o que se poderia esperar. Um punhado de dedicados antropólogos tem ajudado a descobrir e conservar essas recordações — que frequentemente são fragmentos de uma lenda local sobre alguém, extraordinariamente cruel, do período que é lembrado como *la guerre du Blanc* (a guerra do branco) ou, na língua dos Mongo, *lokeli*, «a subjugação». Conjugando esses dados com as informações reunidas por testemunhas como Casement ou os missionários, o tirano da lenda pode ser identificado, em certos casos, num comissário de distrito, um agente de uma companhia concessionária ou um chefe que colaborava com os conquistadores. O período do terror está, por vezes, assinalado na própria linguagem. Na língua dos Mongo, «mandar uma pessoa recolher borracha» é uma expressão idiomática que significa «tiranizar».

A memória colectiva da época da borracha que ainda persiste na África rural é muito débil, visto que a tradição oral costuma consistir na lembrança dos reis, das dinastias e das vitórias obtidas em combate. Mas as dinastias que permaneceram conseguiram-no, na grande maioria dos casos, à custa da colaboração com os dominadores coloniais. Como observa Jan Vansina na sua história do povo Kuba, «Nenhum relato desses factos [a escravidão da borracha na era de Leopoldo] apareceu nas tradições dinásticas. Os chefes que tiraram proveito do sistema não iriam confiá-lo à memória oficial». Nas cidades, onde agora vivem muitos congueses, o próprio processo de rápida urbanização provocou profundas modificações. Por exemplo: Kinshasa, a pequena aldeia de há pouco mais de cem anos, é hoje uma extensa e caótica metrópole com cinco milhões de habitantes, muitos deles recém-chegados das zonas rurais numa desesperada busca de emprego. Essas mudanças distenderam e relaxaram os nexos que transportam a tradição popular de geração em geração. Deste modo se debilitaram imensamente as culturas tradicionais, e com elas desaparece a própria memória das forças que inicialmente as despedaçaram.

Algumas dezenas de anos depois da morte de Leopoldo, começou a correr no Congo uma curiosa lenda. Acreditava-se que o rei não morrera, mas tinha vindo viver na sua antiga colónia, transformado num religioso belga: Jean de Hemptinne, o arcebispo católico de Elizabethville, politicamente poderoso e fortemente opiniático. (Esta lenda foi nitidamente suscitada pela volumosa figura e pela grande barba branca de Hemptinne, ambas de dimensões leopoldinas.) De Hemptinne era Leopoldo reincarnado, dizia-se, ou um seu filho ilegítimo, e nesse papel foi, em momentos decisivos, uma sombria figura de bastidores que num conhecido episódio mandou a polícia disparar sobre mineiros em greve e noutra ordenou a um juiz que condenasse severamente um acusado já preso.

Não era, porém, precisa nenhuma reincarnação para que Leopoldo ali deixasse a sua marca. A história africana acusa o peso de longas décadas de colonialismo, de várias centenas de anos de tráfico de escravos para o Atlântico e para o mundo árabe e, antes de tudo isso, de incontáveis séculos de escravatura indígena — também muito frequentemente ignorados. O maior legado que a Europa da era colonial deixou à África não foi uma democracia como a que hoje é praticada em Inglaterra, em França ou na Bélgica, mas sim o governo autoritário e a extorsão. Nenhuma nação do continente africano conheceu, talvez, maiores dificuldades que o Congo para emergir das sombras do passado.

Quando a independência chegou, enfim, ao Congo, o país passou um mau bocado. Como já acontecera com a maior parte das potências colonizadoras da África, a Bélgica foi apanhada de surpresa pela reclamação de autogoverno que varreu o continente depois de 1950 e que em 1959 ateou em Léopoldville manifestações de massas sanguinariamente reprimidas pela Force Publique. Até então, os sucessores de Leopoldo tinham pensado que a independência viria, sim, mas só

dezenas de anos mais tarde. Estavam a ser preparados alguns africanos para esse longínquo dia; mas em 1960, quando a pressão aumentou e impôs a independência, havia em todo o território menos de trinta africanos com formação universitária. Não havia oficiais do exército nem engenheiros nem agrónomos nem médicos congos. A administração do território dera muito poucos passos para que o Congo pudesse ser governado pelo seu povo: de cerca de 5000 lugares de nível directivo da função pública, apenas três estavam ocupados por africanos.

O rei Baudouin deslocou-se a Léopoldville para conceder oficialmente — e paternalisticamente — ao Congo a sua liberdade: «Cabe-vos agora, senhores, demonstrar que sois dignos da nossa confiança». Respondeu-lhe Patrice Lumumba num inflamado improvisado que despertou as atenções do mundo. Um escasso mês antes disso, Lumumba tornara-se primeiro-ministro de um governo de coligação constituído por efeito das primeiras eleições nacionais e democráticas que aquele território conheceu — e que na substância, se não na forma, seriam também as últimas nos mais de 35 anos seguintes. Lumumba estava convicto de que a independência não bastava para libertar a África do seu passado colonial: o continente teria também de deixar de ser uma colónia económica da Europa. Os seus discursos suscitaram imediatos sinais de alarme nas capitais ocidentais. As grandes companhias belgas, britânicas e norte-americanas tinham já vastos investimentos no Congo, terra de grandes riquezas mineiras — cobre, cobalto, diamantes, ouro, estanho, manganésio e zinco. Lumumba, orador inspirado cuja voz estava já ganhando ecos fora das fronteiras do seu país, era uma figura ardente e carismática. A sua mensagem, como receavam os governos ocidentais, foi contagiosa. Para mais, não era possível comprá-lo. Como não achasse simpatias no Ocidente, Lumumba pediu auxílio à União Soviética. Já anátema para o capital norte-americano e europeu, Lumumba era um dirigente com os dias contados. Menos de dois meses depois da sua investidura no cargo de primeiro-ministro do Congo — o primeiro democraticamente escolhido —, uma subcomissão para operações ocultas do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos — da qual fazia parte Allen Dulles, então chefe da CIA —, deu autorização para o seu assassinio. Richard Bissel, chefe de operações da CIA na época, diria mais tarde: «O Presidente [Dwight D. Eisenhower] preferia de longe que se tratasse dele de outro modo, e não matando-o, mas via em Lumumba o mesmo que eu e que muitas outras pessoas: um cão raivoso... e queria que se resolvesse o problema.»

Foram consideradas várias alternativas para a resolução do «problema»: o envenenamento (tendo sido enviada ao chefe da CIA de Léopoldville uma remessa do produto adequado), a carabina de grande alcance, a utilização de matadores a soldo e outras. Verificou-se, contudo, ser difícil chegar suficientemente perto de Lumumba para usar esses meios, pelo que a CIA passou a apoiar os elementos anti-Lumumba do governo do Congo — uma coligação de diversas facções —, confiante em que eles não tardariam a realizar por si próprios a tarefa. E assim foi. Depois de sequestrado e submetido a uma série de espancamentos, o primeiro-ministro foi secretamente abatido a tiro em Elizabethville em Janeiro de 1961. Um agente da CIA concluiu o trabalho vagueando pela cidade com o cadáver de Lumumba na mala do carro em busca de um local onde pudesse libertar-se dele. Não sabemos se Lumumba, caso tivesse ficado vivo, se teria mantido fiel à sua retórica e às esperanças que, em África e fora dela, tanta gente nele depositava. Mas os Estados Unidos incumbiram-se de retirar-lhe essa possibilidade. Como tantos milhões de outros congos antes dele, Patrice Lumumba acabou lançado a uma cova sem letreiro.

A figura-chave das forças do Congo que organizaram o assassinio de Lumumba era um jovem chamado Joseph Désiré Mobutu — um ex-oficial subalterno da antiga Force Publique que chegara já a chefe do Estado-Maior do Exército. As potências ocidentais haviam notado bastante cedo que Mobutu poderia ser um homem muito útil aos seus interesses. Enquanto se ia preparando a morte de Lumumba, Mobutu tinha já recebido dinheiro do agente local da CIA e de certos adidos militares ocidentais. Depois, em 1963, Mobutu — de óculos escuros e envergando o seu uniforme de general,

agalado a ouro, e uma espada — visitou o presidente Kennedy na Casa Branca. Kennedy deu-lhe, para seu uso pessoal, um avião tripulado por homens da US Air Force. Estimulado pelos Estados Unidos, Mobutu encenou então um golpe que em 1965 fez dele o ditador do país. E nessa posição se manteve durante mais de trinta anos.

Novas ajudas militares norte-americanas deram a Mobutu a possibilidade de reprimir diversas tentativas de derrubá-lo. Alguns dos seus inimigos políticos foram torturados e mortos por sua ordem; outros foram por ele aliciados para os seus círculos de governo; outros, enfim, viram-se forçados ao exílio. Ao longo das três décadas do seu poder, os Estados Unidos deram-lhe muito mais de mil milhões de dólares em ajudas civis e militares; as potências europeias — e especialmente a França — contribuíram com muito mais ainda. Em troca desse pesado investimento, os Estados Unidos e os seus aliados obtiveram um regime anticomunista de toda a confiança e uma zona segura para a montagem de operações militares da CIA e da França, mas Mobutu pouco deu ao seu país a não ser a mudança de nome, em 1971, para «Zaire».

Os meios de comunicação social, propriedade do governo, começaram a designar Mobutu de modos vários: o Guia, o Pai da Nação, o Timoneiro, o Messias... Com a aprovação norte-americana e europeia, a riqueza do país ia correndo, principalmente, para os bolsos de Mobutu e para as companhias mineiras estrangeiras. A lealdade de Mobutu aos seus apoiantes ocidentais fez dele um visitante muito estimado em Washington — onde, abandonando manhosamente o uniforme militar, passou a aparecer trajado à civil, com uma bengala de ébano esculpido e com a sua marca especial: o gorro de pele de leopardo — com aspecto africano mas confeccionado, na realidade, por um chapeleiro da alta roda parisiense. Ronald Reagan recebeu-o por diversas vezes na Casa Branca, elogiando-o como «uma voz de bom senso e boa vontade». George Bush deu-lhe as boas-vindas como «um dos nossos mais valiosos amigos», acrescentando: «Tive a honra de convidar o Presidente Mobutu para que fosse o primeiro chefe de Estado africano a vir aos Estados Unidos em visita oficial durante a minha presidência.»

Mobutu e os do seu círculo apoderavam-se tão à larga da receita do Estado que o governo do Congo deixou de funcionar. Em 1993, esgotado o dinheiro, tornou-se impossível pagar ao exército e aos funcionários do Estado. Mobutu fez então imprimir notas de um novo sistema monetário. Como os lojistas não queriam aceitá-las, os militares amotinaram-se e saquearam estabelecimentos, edifícios do governo e casas particulares. Morreram então centenas de pessoas. O lixo, sem ninguém que o recolhesse, amontoou-se nas ruas durante anos. Algumas linhas aéreas estrangeiras continuavam a fazer escala no país, mas os seus aviões não pernoitavam lá porque as companhias de seguros não cobriam o risco. As verbas concedidas pelo governo às escolas e aos hospitais minguaram até perto de zero. O pessoal da embaixada dos Estados Unidos na capital foi aconselhado a manter as portas dos automóveis trancadas e a não baixar os vidros quando a polícia os fizesse parar nas barragens de fiscalização do trânsito: os documentos deveriam ser mostrados por trás do vidro, para evitar a perda das carteiras.

Até 1997, ano em que Mobutu foi deposto, os seus 32 anos de poder haviam feito dele um dos homens mais ricos do mundo, cujo património pessoal chegou a estar avaliado em 4 mil milhões de dólares. Passava a maior parte do tempo no rio, a bordo do seu barco de recreio, junto de Kinshasa, ex-Léopoldville. Um dos grandes lagos recebeu o novo nome de lago Mobutu Sese Seko. Mobutu adquiriu moradias palacianas em França, na Bélgica, em Portugal, em Espanha, na Suíça e noutros países. Para ele, não havia distinção entre os bens do Estado e os seus: só num ano, mandou por 32 vezes à Venezuela um avião a jacto, do Estado, para transportar cinco mil ovinos de lã comprida para o seu rancho de Gbadolite; em 1987, enquanto era reparado o seu barco de recreio, apossou-se do mais confortável dos poucos barcos de passageiros que ainda navegavam no sistema fluvial do Congo. Além disso, pedia — e obtinha — parte das acções da maioria das grandes companhias que operavam no país.

É um excesso de simplificação atribuir por inteiro ao imperialismo os problemas da África de hoje; a história é muito mais complicada. De resto, consideremos ainda Mobutu. Abstraindo da cor da sua pele, poucos foram os aspectos em que ele se não assemelhou ao monarca que governou o mesmo território cem anos antes: o poderio unipessoal; o grande pecúlio, roubado ao país; o lago crismado com o seu nome; o barco de recreio; a apropriação dos bens do Estado; as grandes participações nas companhias privadas que operavam no território. Assim como Leopoldo, servindo-se do Estado que dominava pessoalmente, não repartia com mais ninguém o grosso dos lucros da borracha, também Mobutu criou, só para si, um grupo de minas de ouro e adquiriu uma plantação de borracha. O seu hábito de imprimir mais dinheiro sempre que necessitava não diferia muito do hábito de Leopoldo de imprimir títulos do Congo.

«Aqueles que são conquistados», escreveu o filósofo Ibn Khaldun no século XIV, «desejam sempre imitar os principais aspectos do conquistador: as roupas, as habilidades, todas as características e costumes que o distinguem». A luxuosa *Villa del Mare*, de Mobutu — um palácio com colunas de mármore rosado e branco em Roquebrune-Cap-Martin, na Riviera francesa, completado com piscina interior e exterior, casas de banho com torneiras de ouro e heliporto —, está a menos de 20 quilómetros das propriedades que Leopoldo possuiu outrora em Cap Ferrat. De cada um desses cabos se pode ver o outro.

Que epitáfio podemos escrever para o movimento que há cem anos tão rijamente trabalhou pela justiça no Congo?

O movimento pela reforma do Congo realizou duas coisas que perduraram muito para além do seu tempo. Em primeiro lugar, por via dos esforços de E. D. Morel e de Roger Casement — bem como de figuras de igual valor mas menos conhecidas, como George Washington Williams, William Sheppard e Hezekiah Andrew Shanu —, contribuiu para os anais da história com uma notável quantidade de dados. E, apesar dos estrénuos esforços de Leopoldo e dos seus admiradores, de então e de hoje, para queimá-los, ignorá-los ou distorcê-los por vias mitográficas, todos esses dados continuam a existir. Esse acervo de verdades tem importância — especialmente para um continente cuja história é, de outro modo, tão recheada com silêncios.

A outra grande realização desse movimento foi ter mantido viva nos seus apoiantes uma tradição, uma maneira de ver o mundo, uma capacidade humana de indignação pelo sofrimento infligido a outros seres humanos — sem que importe se esse sofrimento é imposto a alguém de outra cor, noutra país ou no outro extremo do mundo.

Ao falar em centenas de grandes reuniões de massas em toda a Inglaterra e nos Estados Unidos, os reformadores do Congo projectavam também fotografias de adultos e crianças sem mãos, de carregadores forçados, de uma aldeia devastada... «PALESTRA COM PROJECCÕES SOBRE AS ATROCIDADES DO CONGO», dizia um anúncio, «60 excelentes diapositivos com fotografias feitas por Mrs. Harris, vinda de Baringa, no Estado Livre do Congo. Prelecção descritiva, revista pelo Rev. J. H. Harris e pelo Sr. E. D. Morel.» Esses diapositivos a preto e branco, com 7,5 centímetros de lado, tinham sido feitos para as projecções da «lanterna mágica». Quem quiser vê-los, ainda hoje os encontra: repousam dentro de duas poeirentas caixas de madeira guardadas numa prateleira do rés-do-chão de uma pequena casa de renda barata do Sul de Londres. A casa é a sede da Anti-Slavery International — ex-Anti-Slavery Society, ex-Anti-Slavery and Aborigines Protection Society, ex-British and Foreign Anti-Slavery Society —, que John e Alice Harris mantiveram em funcionamento durante muitos anos depois do seu trabalho com Morel e que, dada a sua contínua existência desde 1839, é a mais antiga organização de defesa dos direitos humanos do mundo. Há hoje, nessa salinha onde estão as caixas com os diapositivos, uma roda-viva de homens e mulheres de vinte a trinta anos que entram e saem com cartazes, *cassettes* de vídeo e maços de panfletos sobre o trabalho infantil no

Bangladesh, no Nepal e na Malásia, as mulheres mantidas em escravidão doméstica no Médio Oriente, o cativo por dívidas no Brasil, a prostituição infantil na Tailândia, a mutilação genital de mulheres em África, a exploração de empregadas domésticas imigradas em Inglaterra...

A tradição que nesse escritório de Londres se mantém viva cresceu e ampliou-se ao longo destes últimos duzentos anos. A nossa tendência é hoje para falar menos de humanitarismo — com as suas tonalidades de generosidade paternalista — e mais de direitos humanos. As liberdades básicas da vida humana não são já vistas como dádivas a conceder por benévolos paladinos do Bem mas, como disse Casement no seu julgamento, como direitos que cabem a todos os seres humanos desde o nascimento. É esse espírito que subjaz a organizações como a Amnesty International, na sua convicção de que é um crime meter alguém numa prisão unicamente pelas suas opiniões, seja na China, na Turquia ou na Argentina, e como a Médecins Sans Frontières, na sua convicção de que uma criança doente tem direito a cuidados médicos, seja no Ruanda, nas Honduras ou no Sul de Bronx.

No seu melhor, o movimento pela reforma do Congo não só ajudou a modelar e fortalecer esse conjunto de convicções como foi além delas. Os grupos que hoje actuam em defesa dos direitos humanos atendem, normalmente, aos efeitos — um homem preso, uma mulher na escravidão, uma criança sem tratamento. E. D. Morel falava também das causas e, acima de todas, do roubo da terra e do trabalho dos africanos, que tornou possível todo o sistema de exploração de Leopoldo. Foi esse radicalismo, no melhor e mais profundo sentido da palavra, que esteve na base da paixão dos reformadores do Congo e levou Morel e Casement à prisão de Pentonville depois da sua batalha pela justiça no Congo.

A mais ampla tradição de que essas convicções fazem parte vem da Revolução Francesa, e mesmo de antes dela; bebe no exemplo de homens e mulheres que, contra perigos enormes, lutaram pela sua liberdade — das revoltas de escravos das Américas até ao meio século de resistência que levou Nelson Mandela ao poder na África do Sul. Durante os dez anos em que esteve no palco do mundo, o movimento pela reforma do Congo foi um elo vital nessa cadeia, e não há tradição mais honrosa. Há cem anos, no tempo da controvérsia sobre o Congo, a ideia de direitos humanos completos — políticos, sociais e económicos — era uma profunda ameaça à ordem estabelecida na maioria dos países da Terra. E ainda hoje o é.

Excertos de Adam Hochschild, *O Fantasma do Rei Leopoldo. Uma história de voracidade, terror e heroísmo na África colonial*, Lisboa, Editorial Caminho, 2002.

Parte III – Da borracha do Rei Leopoldo aos pneus do Ferrari do Schumacher

Da borracha do rei Leopoldo II à dos pneus dos Ferrari de Schumacher

Guthrie, as antigas criança-soldados jogam aos contramestres

Ariane Chemin

Nesta plantação fechada onde os 15.000 militares que constituem a Missão das Nações Unidas na Libéria (Minul) não têm lugar, Noah Serry recebe o visitante com um ar seguro. É o chefe. Não é um vulgar rebelde, como antes. Nem é uma criança soldado, como durante a guerra, de 1989 para 2003, mas sim o contramestre do Independance Camp, na plantação de borracha de Guthrie, junto da estrada que liga Monróvia à Serra Leoa.

Mais de 35.000 pessoas vivem na segunda plantação da Libéria, de que, oficialmente, o governo é proprietário. Os ex-rebeldes, de facto, ocuparam o local. Tudo o indica, desde o aperto de mão de Noah Serry, aos “grafitis” — liberianos unidos pela reconciliação e pela democracia — pintados sobre as paredes das casas. “É um lugar que ainda não encontrou o seu modo de funcionamento, explica prudentemente a Missão da ONU. A quem pertencem as plantações liberianas? É uma pergunta à qual não podemos responder.”

Mais de um milhar de ex-combatentes encontrou refúgio nesta plantação. Não estão inscritos no programa de reintegração que, no âmbito dos planos de paz de Agosto de 2003, prevêem compensações e actividades remuneradas contra a entrega das armas. Após catorze anos de conflito — “catorze anos de alegria”, assegura —, o ex combatente Noah preferiu aqui permanecer, com os seus amigos, longe da sua terra natal, Lofa, no norte do país.

Cada um dos 21 homens que trabalham sob as suas ordens deve sangrar “1.800 árvores em três dias”: “ganham entre 80 e 120 dólares por mês, se trabalharem bem”, explica o jovem contra-mestre, que, com os seus amigos, supervisiona de modo um pouco desajeitado os trabalhadores sob a sua responsabilidade, um olho sobre as héveas, uma mão sobre a faca. “Bem”, ou seja muito, e sem meios. O capim estende-se entre as árvores, tornando a progressão dos trabalhadores difícil. Não há hospital no caso de mordidela de serpente.

William, 31 anos, é um dos trabalhadores de Noah Serry. Apesar do calor, calça grossas meias de lã sob as suas medusas de plástico para se tentar proteger das picadelas de aranhas brancas, das ervas e arbustos e dos seus instrumentos cortantes. S. Daffa Zinnah, o professor de Married Camp, principal aldeia da plantação, diz-nos: “Aqui estamos seguros de que as crianças vão de manhã à escola.” Mas, à tarde, vão frequentemente ajudar os pais na plantação.

Quando o seu chefe se afasta, William conta-nos que trabalha das “6 horas da manhã às 5 horas da tarde, todos os dias”. O Minul assegura que, todos os dias, “nesta terra abandonada às milícias privadas, os empregados são obrigados, insultados, batidos, golpeados pelos seus contramestres. Ele

baixa o tom de voz para explicar que ganha “75 dólares por mês, depois de todas as retenções”. “Aqui, está-se melhor que em qualquer outro lugar: não há intermediários!”, orgulha-se, Noah Serry.

“Há políticas por detrás de tudo isto...” Fiaria surpreendida que os antigos combatentes se possam organizar sem ajuda”, adianta Dorota Gierycz, responsável da secção Direitos do homem do Minul.” A 8 de Janeiro, as regiões de Borni e de Grande Cap Mount pediram à justiça liberiana e os todos os actores do plano de paz que apanhassem todos estes ex-combatentes que ocupam “ilegalmente” a sua plantação. Pedem igualmente aos produtores de borracha Firestone e Weala, que comprem o látex de Guthrie por “600 dólares a tonelada”, de acordo com Noah Serry, que se abstenham de fazerem qualquer transacção com aqueles ocupantes. Mas nem a nova presidente, Ellen Johnson Sirleaf, nem os representantes da comunidade internacional, que colocaram a economia do Libéria sob tutela, parecem querer dar-lhes ouvidos.

Fonte: Ariane Chemin, “A Guthrie, les anciens enfants-soldats jouent les contremaîtres”, Le Monde, 3 de Fevereiro de 2006

Os escravos da Firestone

Ariane Chemin

Em Harbel, na Libéria, encontra-se uma das maiores plantações de borracha do mundo. Por 3 dólares por dia, 10.000 que sangram as héveas aí trabalham e em condições piores do que as de há um século atrás.

A servidão tem a pele dura. O ombro de John Mulbah ganhou uma carapaça, mas mete se estranhamente para dentro. Precisamente no ponto de equilíbrio onde, três a quatro vezes por dia, transportam, sobre o seu corpo longo, como numa balança, dois baldes cheios de látex. John Mulbah tem os estigmas de empregado da plantação de Harbel, a uma quarentena de quilómetros ao sul de Monróvia, a capital do Libéria. As marcas de “sangradores” de héveas. O selo da Firestone.

“Trinta e sete libras...”, “38 para o segundo...”. Um após o outro, John Mulbah e os seus companheiros suspendem os seus baldes no gancho da balança. Mais de 60 quilos sobre as costas. Despejam, em seguida, o látex num tanque cheio de amoníaco, para o diluir antes que um camião o venha recolher. Os vapores do amoníaco fazem-no vacilar. A sua frente transpira com grandes gotas de suor. Depois, estas frágeis silhuetas voltam para a pista — terrível ballet de funâmbulos avançando com pequenos passos apesados e contados, como se cada um soubesse, mesmo quando os baldes estão vazios, que um passo ao lado sobre a estrada deste ritual diário pode colocar em perigo o salário e a sobrevivência da família.

Três ou quatro vezes, de acordo com a sua forma, John Mulbah e os seus amigos percorrem o longo quilómetro que dista entre a plantação e a balança, sete dias em cada sete dias. Fazem parte dos 6.000 assalariados liberianos declarados pela Firestone, uma sociedade americana comprada pela empresa japonesa Bridgestone – a primeira empresa mundial de pneus em valor na Bolsa e o segundo produtor de pneus, atrás da empresa francesa Michelin. É necessário descontar 10 dólares (8 euros) para pagar um par de botas com a marca Firestone. John Mulbah apenas ganha 3 dólares por dia.

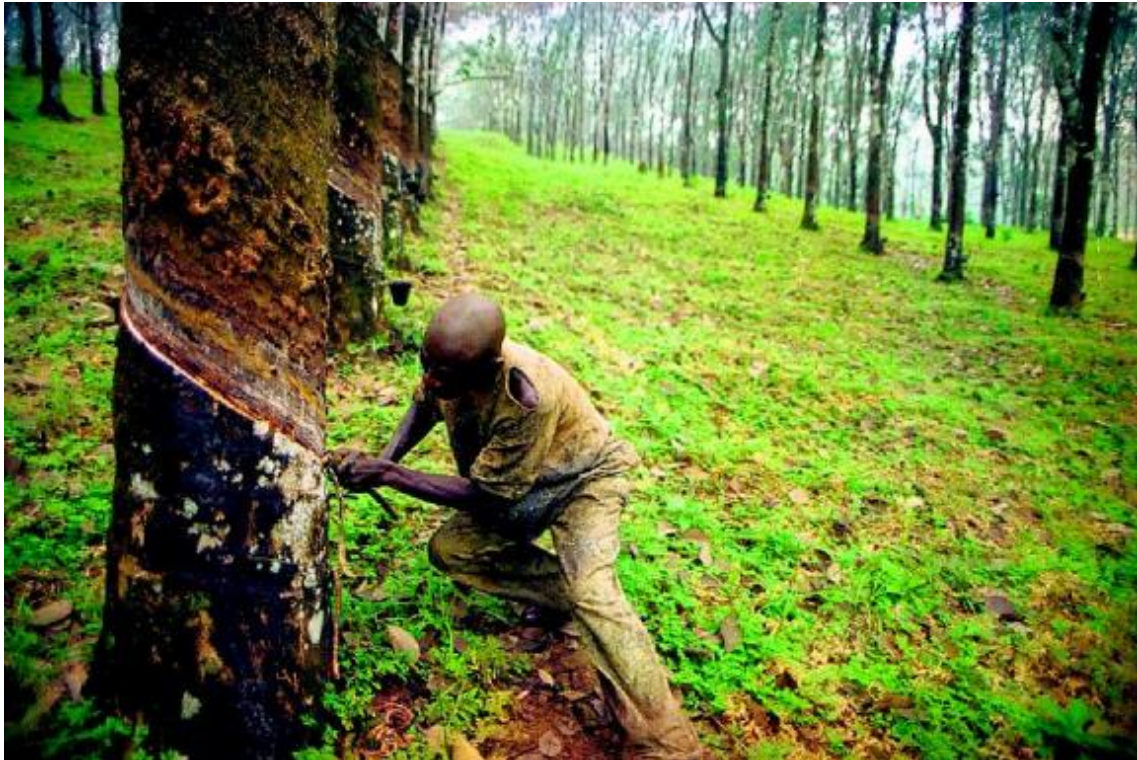


Um trabalhador carregado com baldes de látex.

Todas as manhãs, John Mulbah, 43 anos, 8 filhos, levanta-se de madrugada e deixa, tal como os seus amigos, o seu compartimento da “Divisão 44”. À 5 h 30, tocha na mão, encontra William Togbah, vigilante, que, durante a noite, dissuade com a sua pequena físga, para pássaros, os ladrões que se aproximem. De alto a baixo, como numa longa viga, John sangra, com o seu machado, as “suas héveas — as “650 a 800 árvores” atribuídas diariamente pela direcção a cada um dos trabalhadores. A esta hora matinal, o látex, líquido branco, brilha antes de se transformar em cola, flui nas copas junto ao tronco, exactamente sob a entalhadura. Pendurados aos milhares nas árvores, assemelham-se a uma multidão de mãos tensas que esperam uma prebenda — oferta a um pobre pequeno Estado da África do Oeste de 3 milhões de habitantes apertado entre a Serra Leoa, a Guiné e a Costa de Marfim, e devastado por catorze anos de guerra civil.

O trabalho não acaba aí. É necessário lavar as copas e tratar as árvores com o Difolatan, um produto classificado perigoso que aumenta a produção de resina. Ainda há pouco tempo, a direcção da Firestone ofereceu aos seus empregados óculos em plástico. Mas, os olhos cansados dos trabalhadores da borracha já não vêem a parte superior da árvore por detrás estas vigias. Então, os “sangradores” esquecem — se deles. Todas as tardes, entre o prato de arroz do almoço e o cair da noite, voltam a partir, de pés nus, para limpar e cuidar das héveas.

“Forçam-nos a trabalhar.” Quando nos queixamos, dizem-nos: “Há 200 pessoas que esperam pelo teu lugar”, conta William Togbah. “Como te podes ir embora daqui, num país onde não há trabalho?”, prossegue John Mulbah. “Eu estudei doze anos na escola. Fiz estudos em mecânica. Sei dar o nome às coisas. Isto é escravatura, como vem nos livros de história. Brinca-se com os ácidos e com o amoníaco. Com este trabalho, nada mais se faz do que morrer lentamente”.



Um trabalhador sangra uma hévea para recolher o látex.

Tudo isto, o automobilista, que, para chegar ao oeste da região de Margibi, é autorizado pelos vigias a atravessar a verdejante plantação não pode adivinhar. Visto da estrada principal — o mais “bonito” betume do país —, tudo parece ir pelo melhor. “Boas vindas à Firestone”, diz o cartaz, à entrada da propriedade de 400.000 hectares. Por detrás das torres de madeira elaboradas como miradouros, 8 milhões de héveas torcem-se em direcção ao céu, em alinhamentos paralelos. Ao lado, os rebentos destas plantas são cuidadas em estufa por períodos de dois anos. A guerra deixou as plantações liberianas entregues a si mesmas, e as exportações de borracha do país atingem um limite de 39 milhões de dólares (32,5 milhões de euros).

Duas bandeiras flutuam sobre o prédio construído em tijolo onde está a direcção: a bandeira da Libéria e a da Firestone. As histórias, ambas americanas, confundem-se. Inspirado por alguns filantropos dos Estados Unidos que para aqui queriam repatriar os escravos que passaram a homens livres, o pequeno Estado africano torna-se independente em 1847. A sua capital, Monróvia, fica com o nome do quinto Presidente dos Estados Unidos, James Monroe. Uma estrela da bandeira dos Estados Unidos foi colocada na bandeira da Libéria e o inglês foi escolhido naturalmente como língua oficial. A plantação instalou-se em 1926. Mas, os gigantes da indústria automóvel tinham feito da produção de borracha a primeira actividade económica do país e isto já antes da segunda guerra mundial. Depois, Firestone assemelha-se a uma reserva protegida. Durante o conflito que, entre 1989 e 2003, teria morto perto de 250.000 pessoas, a fábrica nunca foi atingida, contrariamente ao que aconteceu às habitações. Com um contrato de exploração por 89 anos, e um bocado de pão, a concessão foi renovada em 2005 por mais dezassete anos suplementares, “como compensação pelos anos perdidos durante a guerra civil”, “compensação dos anos perdidos durante a guerra civil”, congratula-se na Firestone. As Nações Unidas decretaram o embargo sobre as exportações de diamantes, em 2001, seguido do embargo sobre as madeiras, em 2003, porque com ambos os produtos o seu comércio financiava a guerra civil, mas na borracha nunca tocaram.

A visita oficial não esquece nem o hospital em reconstrução, nem as casas de tijolos do pessoal hospitalar, nem as escolas. Tudo isto, precisa o guia, é reservado aos trabalhadores da Firestone justificando um atestado de nascimento. Um autocarro — amarelo, como os táxis nova-iorquinos — recolhe os pequenos alunos em camisa cor de laranja, saia verde ou calções curtos. Uma paragem do autocarro serve mesmo uma praça onde pneus funcionam como baloiços.

Pelo contrário, não há nenhuma paragem em frente às divisões numeradas dos trabalhadores das plantações. Os muros são de terra, raramente duros. Os tectos de chapa ondulada. A família — frequentemente mais de 10 pessoas — partilha um quarto, às vezes dois. Não há água corrente: é necessário ir buscá-la, a do rio, à bomba mais próxima. No extremo do campo, as latrinas à maneira turca e, por detrás de uma paliçada em folhas de palmas, está o chuveiro do campo. Também não há electricidade: às 7 horas da noite, as quartos são mergulhadas na escuridão, quando há luz, lá em cima, nas casas dos dirigentes da plantação, do lado do campo de golfe, “onde vêm jogar os ministros, o pessoal das embaixadas, das Nações Unidas, da União Europeia”, diz-nos Salomon, o guarda do green.

Partilham-se as camas, mas também o arroz, vendido pela Firestone e descontado no salário, 25 dólares por 2 sacos de 50 Kg. As tijelas são frequentemente mais numerosas que o círculo estritamente familiar. Entre o milhão de pessoas deslocadas durante a guerra, muitas encontraram, com efeito, refúgio na plantação. “Com as árvores e as horas suplementares, a ajuda da minha mulher e a de um amigo, explica o “sangrador” Joseph Kerkula, com 5 filhos, chego aos 140 dólares por mês. Transfiro seguidamente 30 dólares e 25 Kg de arroz para o meu amigo”.

Dez mil pessoas trabalham assim indirectamente para a Firestone, de acordo com Robert Nyahn, que cresceu na “Divisão 6” da plantação. Entre elas estão crianças, assegura a pequena ONG liberiana, Save My Future Foundation (Samfu), num relatório publicado em Novembro de 2005 na Internet e consagrado ao trabalho nesta plantação .

Depois, a direcção Firestone, irritada, afixou sobre os seus muros um aviso que proíbe o trabalho de crianças. “Estamos muito mais atentos a este problema desde há um ano. Fere a nossa imagem de marca. O problema, é que, aos 12 anos, muitos querem trabalhar com os seus pais, assegura o liberiano Edwin Padmore, responsável das relações públicas da Firestone no país. Quanto às pessoas deslocadas, demonstramos uma grande tolerância. Não podemos pô-las de parte. O problema, é que em vez de terem 10 pessoas em casa, são 20 a partilharem o arroz.”

Continuando a seguir Padmore, também não ficamos só pela fábrica onde é acondicionada a borracha destinada à exportação, à beira do rio Farmington. “Estamos satisfeitos com o nível de poluição”, diz o porta-voz da Firestone. Os desperdícios, no entanto, são atirados directamente para o rio. Por detrás da fábrica, à saída da boca de evacuação, os jovens em piroga apressam-se para lançarem as redes. A pesca, com efeito, é miraculosa. Os peixes perdem velocidade, não fogem através das redes. “Eles ficam como bêbados”, explicam-nos dois pescadores.

Sobre a outra margem, a jusante, em Owensgrove City, os testemunhos também são concordantes. Johnson Yahanly, 75 anos, 38 dólares de reforma por mês, trabalhou trinta anos como canalizador na fábrica onde é tratada a borracha. “Tornaram-me cego”, diz-nos, com os olhos semi-fechados, apoiado sobre a sua bengala. A pele de Johnny Clinton, antigo pescador de 60 anos, parece que tem uma camada de líquen verde. “Sentia sempre este mau cheiro. A corrente fazia afluir e refluir grandes manchas brancas”, conta outra mulher, que deixou a margem.

Hawa Nagbe, recorda-se que passava horas, dobrada, junto do rio Farmington, a vender armários em vime para os pescadores. Hoje, os seus pés estão como se estejam cobertos de alcatrão e até aos joelhos.

“Muitas pessoas que habitavam exactamente no lado oposto ao das fábricas foram embora, explica David Bweeh, o prefeito da região de Grand-Bassa, muito próximo dali. Procura-se explicar às mulheres para não lavarem mais a roupa no rio.” “Para além das consequências das quedas, numerosas, e das emanações de amoníaco, constatamos muitas infecções gástricas”, diz-nos o próprio médico-chefe do hospital da Firestone, o doutor Lyndon Mabande, acrescentando: “Quando trabalham no capim, os trabalhadores bebem água contaminada.”

Em Dezembro de 2005, a pequena Samfu, ajudada por uma outra ONG americana, o Fundo Internacional para os Direitos dos Trabalhadores (ILRF), apresentou queixa contra a Firestone no Tribunal Federal de Califórnia, nos Estados Unidos, por “trabalho forçado, o equivalente moderno da escravidão”, praticado na plantação de Harbel. A queixa, apresentada em nome de 12 trabalhadores liberianos e das suas 23 crianças, cita um estudo de 1956 que fala de uma “quota diária de 250 para 300 árvores” e, “em 1979, de 400 para 500 árvores” — contra 800 árvores, ao que parece, hoje.

“Isso está cheio de inépcias”, diz-nos o encarregado das relações públicas Padmore. “Escravidão?, esta palavra soa-nos como uma ofensa. A Libéria foi, desde a sua origem, uma terra de refúgio para cidadãos livres. É a nossa história. Não podemos fazer um país de escravos. O salário médio é de 3,38 dólares para oito horas de trabalho por dia, ou seja, claramente muito superior à média nacional, num país que conta 80% de desempregados. A quota é de 650 árvores no máximo. O trabalho ao domingo é de opção, e as horas suplementares são pagas a dobrar. Depois, irritado: “O problema, é que desde há cem anos, na Malásia, no Vietname, não se encontrou outro meio para produzir borracha do que sangrar as árvores e levar o látex em baldes.”

Toda a produção da Firestone — um número mantido secreto —, vai do porto de Monróvia até aos Estados Unidos, no cargueiro The-Prince-of-Tapper. Na Libéria, não se transforma os milhões de toneladas de borracha ou látex em produtos acabados. Não há empregos, não há vendas. Ou muito pouco. Esta manhã, no mercado de Caldwell Junction, à saída da capital, um misterioso camião branco estaciona ao longo das bermas. Dele salta um grupo de jovens para desembarcarem a mercadoria. Vêm de Conakry, quatro dias de viagem por estrada, para descarregar o seu tesouro e tentar vendê-lo em Monróvia.

O seu tesouro? Colares de pneus... vindos de Bruxelas via Guiné. Pneus Dunlop, Michelin, Bridgestone, que empilham nos carrinhos de mão. Pneus usados, aqueles que os Europeus já não querem, vendidos “6 a 7 dólares” aos africanos de Monróvia.

Fonte: Ariane Chemin, “Libéria: Les forçats de Firestone”, Le Monde, 3 de Fevereiro de 2006. As fotografias foram retiradas de http://www.interet-general.info/article.php?id_article=6274